

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2002

Senhores Acionistas,

De acordo com as determinações legais e estatutárias, apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2002, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes.

1. AMBIENTE ECONÔMICO

O desempenho da economia brasileira em 2002 foi influenciado: (i) pelo Programa de Racionamento de Energia Elétrica, que vigorou entre 1º de junho de 2001 e 28 de fevereiro de 2002, (ii) pelo processo eleitoral brasileiro, (iii) pela alta volatilidade nos mercados financeiros, (iv) pela lenta recuperação da economia americana e seus impactos na economia mundial, e (v) pelos desdobramentos dos conflitos no Oriente Médio, com reflexos nos preços internacionais do petróleo.

A desvalorização do Real atingiu 70,45% em 22 de outubro, quando a moeda brasileira foi cotada a 3,9552 R\$/US\$. A partir de novembro, após o resultado da eleição presidencial brasileira, a percepção da manutenção, por parte do novo Governo, de uma política econômica de austeridade fiscal e do compromisso com o controle da inflação contribuíram para a reversão parcial da depreciação da taxa de câmbio, que encerrou o ano com uma desvalorização acumulada de 52,27%.

A inflação medida pelo IGP-M e IPCA encerrou 2002, respectivamente, em 25,31% e 12,53%, reflexo de repasses da desvalorização do Real aos preços dos bens e serviços.

O fluxo dos investimentos estrangeiros diretos no país apresentou redução de 26,2% (US\$ 16,6 bilhões em 2002 contra US\$ 22,5 bilhões em 2001).

O “risco Brasil”, após atingir 2.396 pontos base em 30 de setembro, encerrou 2002 em 1.446 pontos base, 70% acima do encerramento de 2001 (854 pontos base).

A taxa básica de juros foi elevada de 19% a.a., no início de janeiro, para 25% a.a., em dezembro de 2002, como forma de conter o crescimento dos índices de inflação.

A produção industrial brasileira apresentou crescimento de 2,4% em 2002 comparada a igual período de 2001, resultado, principalmente, do crescimento: (i) das exportações, (ii) de 10,7% da atividade extrativa mineral e (iii) de 7,9% da agroindústria. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 1,52% (1,42% em 2001).

A balança comercial apresentou superávit de US\$ 13,1 bilhões em 2002 (US\$ 2,6 bilhões em 2001), respondendo à elevação da taxa de câmbio do dólar norte-americano.

Os indicadores econômicos que influenciam os resultados da Elektro apresentaram a seguinte evolução:

Indicadores *	2002	2001
Taxa de Câmbio R\$/US\$	3,5333	2,3204
Desvalorização Cambial	52,27%	18,67%
CDI Cetip	19,11%	17,29%
IGP-M	25,31%	10,38%
IGP-DI	26,41%	10,40%
TJLP	9,87%	9,50%

* Base: 31 de dezembro

As perspectivas de crescimento econômico, bem como o comportamento das taxas de juros, câmbio e inflação para o ano de 2003 estão atreladas: (i) às ações e medidas a serem implementadas pelo novo Governo, com especial atenção às reformas da previdência e tributária, (ii) ao comportamento da economia americana e seus reflexos na economia mundial e (iii) aos desdobramentos dos conflitos no Oriente Médio.

2. PANORAMA DO SETOR ELÉTRICO

Os principais fatos que marcaram o setor elétrico em 2002 foram:

- ✓ o fim do racionamento de energia, que encerrou um dos períodos mais conturbados da história do setor elétrico no Brasil;
- ✓ a implementação das condições definidas no Acordo Geral do Setor Elétrico, destacando-se, principalmente, a Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) visando a recuperação das perdas ocasionadas pelo Programa de Racionamento de Energia Elétrica e a liberação do empréstimo emergencial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o financiamento de tais perdas;
- ✓ a regularização das contabilizações e o início das liquidações das operações de compra e venda de energia realizadas no Mercado Atacadista de Energia (MAE) desde setembro de 2000; e
- ✓ a queda no consumo de energia elétrica após o término do racionamento para níveis comparáveis aos de 1998/1999.

Para 2003, há uma extensa agenda de pontos a serem discutidos e solucionados, de forma a assegurar um ambiente adequado de manutenção e atração de investimentos privados no setor elétrico:

- ✓ o processo de revisão tarifária ordinária, pelo qual passarão 17 distribuidoras de energia e que em geral será realizado de quatro em quatro anos, bem como as questões a ele associadas: (i) a base e taxa de remuneração dos investimentos realizados pelas distribuidoras, (ii) o conceito de empresa modelo, introduzido pela ANEEL para padronizar índices financeiros e operacionais no setor, e (iii) a metodologia de definição do fator X;
- ✓ definição do papel do MAE, o escopo das transações nele realizadas e seu adequado funcionamento;
- ✓ a redefinição das condições e critérios aplicáveis aos consumidores livres, que têm liberdade de escolher o supridor de energia; e
- ✓ a reestruturação das tarifas de uso dos sistemas de distribuição e a eliminação de subsídios cruzados nas tarifas de fornecimento entre as várias classes de consumo, com o objetivo de corrigir distorções existentes na relação nível de consumo e valor da tarifa.

3. PROGRAMA DE RACIONAMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

Instituído pelo Governo Federal a partir de 1º de junho de 2001, o Programa de Racionamento de Energia Elétrica vigorou até 28 de fevereiro de 2002. A redução média estimada de consumo no Brasil foi de 15% durante todo o período do racionamento comparativamente às projeções anteriores ao racionamento.

A redução do consumo de energia pelos clientes finais na área de concessão da Elektro, decorrente dos impactos do Programa de Racionamento de Energia Elétrica, foi de:

- ✓ 22,3% entre 1º de junho e 31 de dezembro de 2001, comparativamente a igual período do ano 2000;
- ✓ 15,4% no período de 1º de janeiro a 28 de fevereiro de 2002, em relação a igual período de 2001; e
- ✓ 20,8% durante todo o período do Programa de Racionamento de Energia Elétrica, comparativamente ao consumo de junho de 2000 a fevereiro de 2001.

4. ACORDO GERAL DO SETOR ELÉTRICO

Em dezembro de 2001, a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (GCE), as distribuidoras e as geradoras de energia elétrica concluíram negociações que resultaram na Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, convertida na Lei nº 10.438, sancionada em 26 de abril de 2002.

Em 4 de julho de 2002, foi formalizada a assinatura do Acordo Geral do Setor Elétrico e seus dispositivos legais definidos a partir da Lei nº 10.438.

As distribuidoras e as geradoras de energia celebraram declaração de desistência e renúncia aos pleitos judiciais e extrajudiciais, futuros ou em curso, relativos a: (i) revisões extraordinárias ou variações de itens da

Parcela A referentes a fatos ocorridos até 25 de outubro de 2001 e (ii) sobras líquidas dos Contratos Iniciais de Suprimento de Energia no período de junho de 2001 a fevereiro de 2002.

Foram celebrados ainda:

- ✓ acordo que estabelece as condições de compra das sobras líquidas de energia dos Contratos Iniciais de Suprimento pelas geradoras, no período de abril de 2001 a dezembro de 2002;
- ✓ acordo de reembolso de Energia Livre às geradoras, através das distribuidoras, por meio de parcela da Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) destinada à cobertura dos custos de sua aquisição; e
- ✓ aditivo aos Contratos Iniciais de Suprimento, compatibilizando-os com as regras do Mercado Atacadista de Energia (MAE) e revogando o Anexo V.

Os saldos dos valores decorrentes deste acordo, registrados pela Elektro em 31 dezembro de 2002 e 2001, foram:

Acordo Geral do Setor Elétrico	Valores em R\$ milhões	
	31/dez/2002	31/dez/2001
4.1) Recuperação das Perdas de Receita decorrentes do Programa de Racionamento de Energia Elétrica	174,0	209,6
4.2) Energia Livre	101,9	108,8
4.3) Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A – CVA	76,3	41,7
4.4) Variações de itens de custos não controláveis – Parcela A	72,6	59,1
4.5) Compra das Sobras de Energia dos Contratos Iniciais de Suprimento	28,6	-

Nos termos do Acordo, também foi estabelecido, através da Resolução GCE nº 90, de 21 de dezembro de 2001, programa de empréstimo emergencial às distribuidoras, implementado pelo BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para o financiamento de valor equivalente a até 90% da recuperação das perdas de receita incorridas com o Programa de Racionamento de Energia Elétrica e da Parcela A (itens de custos não controláveis), apuradas conforme metodologia definida pela ANEEL.

4.1) Recuperação das Perdas de Receita decorrentes do Programa de Racionamento de Energia Elétrica

A Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) entrou em vigor em 27 de dezembro de 2001 visando a recuperação das perdas de receita decorrentes do Programa de Racionamento de Energia Elétrica, conforme a Medida Provisória nº 14, regulamentada pelas Resoluções GCE nº 91 e ANEEL nº 635, todas publicadas em 21 de dezembro de 2001.

A RTE também servirá para a recuperação:

- ✓ dos valores relativos à energia livre, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras de energia elétrica, que se dará, a partir de fevereiro de 2003, concomitantemente à recuperação das perdas de receita decorrentes do Programa de Racionamento de Energia Elétrica; e
- ✓ das variações de itens de custos não controláveis da Parcela A, para o período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001.

A RTE foi implementada por meio da aplicação às tarifas de fornecimento de energia a clientes finais de reajuste extraordinário de: (i) 2,9% para as classes residencial e rural, excluindo-se as unidades consumidoras classificadas como baixa renda, e (ii) 7,9% para as demais classes. Conforme Resolução ANEEL nº 484, de 29 de agosto de 2002, para a Elektro a RTE terá prazo máximo de validade de 59 meses, iniciados em 27 de dezembro de 2001 e com término previsto em 27 de novembro de 2006.

O valor da recuperação das perdas de receita decorrentes do Programa de Racionamento de Energia Elétrica foi homologado pela Agência através das Resoluções nº 480 e 481, ambas de 29 de agosto de 2002:

- ✓ R\$ 180,1 milhões referentes às perdas de receita para o período de junho a dezembro de 2001; e
- ✓ R\$ 39,1 milhões referentes às perdas de receita para o período de janeiro a fevereiro de 2002.

Estimativas da Elektro indicam que a plena recuperação dos valores acima deverá ocorrer entre janeiro de 2002 a novembro de 2005.

O valor da recuperação das perdas de receita decorrentes do Programa de Racionamento de Energia Elétrica teve a seguinte movimentação contábil entre 31 de dezembro de 2001 e 31 de dezembro de 2002:

Valores em R\$ milhões		
1. Valor apurado da recuperação das perdas de Receita decorrentes do Programa de Racionamento de Energia Elétrica	Jun/2001 a Dez/2001	209,6
	Jan/2002 a Fev/2002	32,6
2. Ajustes das perdas de receita decorrentes do Programa de Racionamento de Energia Elétrica (Resoluções ANEEL nº 480 e 481, de 29/ago/02)		
- Junho a Dezembro de 2001		(29,5)
- Janeiro e Fevereiro de 2002		6,5
3. Amortizações em 2002		(79,6)
4. Correção do saldo pela taxa Selic em 2002		34,4
Saldo em 31 de dezembro de 2002		174,0

4.2) Reembolso de Energia Livre

Energia livre é aquela produzida por unidades geradoras não comprometidas com os Contratos Iniciais de Suprimento de Energia e que substituem a geração das usinas que participam do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

Durante a vigência do Programa de Racionamento de Energia Elétrica, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) determinou uma redução acentuada na geração das usinas participantes do MRE, resultando em exposição financeira dessas geradoras com relação às usinas produtoras de energia livre.

O Acordo Geral do Setor Elétrico estabeleceu o limite de R\$ 49,26/MWh para as exposições dos geradores participantes do MRE com relação às compras de energia livre durante o período do racionamento. A diferença entre os preços do MAE vigentes à época do racionamento e o limite citado acima, devida às unidades geradoras produtoras da energia livre, será reembolsada pelas distribuidoras mensalmente através de um percentual a incidir sobre os recursos efetivamente recebidos através da RTE, em vigor a partir de 27 de dezembro de 2001, e repassada às tarifas de fornecimento de energia de clientes finais.

Para a Elektro, o percentual acima foi definido na Resolução ANEEL nº 89, de 25 de fevereiro de 2003, e será de 36,1860% dos recursos efetivamente recebidos mensalmente através da RTE. O reembolso da energia livre às geradoras, pelas distribuidoras, será efetuado líquido: (i) de inadimplência, (ii) da taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica, (iii) do encargo de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D), (iv) da Reserva Global de Reversão (RGR) e (v) de tributos. O prazo estimado para o repasse dos valores referentes à energia livre, arrecadados através da RTE, é de fevereiro de 2003 a março de 2006.

4.3) Conta de Compensação de Variações de Valores de Itens da Parcela A - CVA

A Parcela A, definida nos contratos de concessão, abrange os itens de custos não controláveis pelas distribuidoras.

Através da Medida Provisória nº 2227, de 4 de setembro de 2001, e da Portaria Interministerial nº 296, de 25 de outubro de 2001, posteriormente substituída pela Portaria Interministerial nº 25, de 24 de janeiro de 2002, foi criada a Conta de Compensação de Variações de Valores de Itens da Parcela A - CVA, em vigor a partir de 26 de outubro de 2001. Os itens de custos que compõem a CVA são: (i) custos de suprimento e de transporte de energia proveniente de Itaipu, (ii) compensação financeira pela utilização de recursos hídricos e (iii) encargos de serviços de sistema, de uso da rede básica e da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC).

Em 31 de dezembro de 2002, o saldo da CVA totalizou R\$ 76,3 milhões. O aumento líquido de R\$ 34,6 milhões em relação ao saldo registrado em 31 de dezembro de 2001 (R\$ 41,7 milhões) decorre, principalmente: dos aumentos registrados (i) nos encargos de serviços de sistema e de uso da rede básica (R\$ 10,8 milhões) e (ii) da diferença da taxa de câmbio do dólar norte-americano vigente nas datas de pagamentos da energia comprada de Itaipu, ao longo de 2002, em relação à taxa de câmbio usada nos dois últimos reajustes tarifários anuais contratuais da Elektro (R\$ 2,5282, no reajuste de 27 de agosto de 2001, e R\$ 3,1136, no de 27 de agosto de 2002), que totalizou R\$ 27,3 milhões, e (iii) da redução da Conta de Consumo de Combustível - CCC (R\$ 2,9 milhões).

As Resoluções ANEEL nº 491 a 495, de 20 de novembro de 2001, e a Resolução nº 89, de 18 de fevereiro de 2002, estabeleceram que serão repassados ao reajuste tarifário anual contratual os valores relacionados à CVA que tenham sido efetivamente desembolsados até 30 dias antes do referido reajuste. A Elektro desembolsou, até 27 de julho de 2002, R\$ 7,7 milhões do saldo da CVA naquela data. Este valor foi incorporado ao índice do reajuste anual contratual, homologado pela ANEEL em 27 de agosto de 2002, e será recuperado até agosto de 2003, sendo atualizado monetariamente pela taxa Selic. Entre 27 de agosto e 31 de dezembro de 2002, a recuperação do valor desembolsado acima totalizou R\$ 2,7 milhões.

4.4) Recomposição das Variações de Itens de Custos não Controláveis da Parcela A - 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001

Para o período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, a Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, convertida na Lei nº 10.438, sancionada em 26 de abril de 2002, e regulamentada pela Resolução ANEEL nº 90, de 18 de fevereiro de 2002, estabeleceu que a variação acumulada dos itens de custos não controláveis será recuperada através da aplicação da RTE às tarifas de fornecimento de energia após a recuperação das perdas de receita decorrentes do Programa de Racionamento de Energia Elétrica e do reembolso da energia livre aos geradores.

A Resolução GCE nº 123, de 15 de março de 2002, estabeleceu programa de empréstimo emergencial às distribuidoras, implementado através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em valor equivalente a até 90% das variações dos itens de custos não controláveis apurados no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001.

A ANEEL, através da Resolução 482, de 29 de agosto de 2002, homologou o valor de R\$ 58,9 milhões, apurado pela Elektro referente à variação acumulada dos itens de custos não controláveis ocorrida entre 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001.

A aplicação da RTE às tarifas de fornecimento de energia, visando a recuperação do valor de R\$ 58,9 milhões, terá sua vigência estendida de novembro de 2005 e outubro de 2006, segundo estimativas da Elektro.

Em 31 de dezembro de 2002, o valor de R\$ 58,9 milhões, corrigido monetariamente pela taxa Selic entre 26 de outubro de 2001 até o encerramento de 2002, totalizava R\$ 72,6 milhões.

4.5) Compra das Sobras Líquidas de Energia dos Contratos Iniciais de Suprimento

As condições de compra das sobras líquidas de energia dos Contratos Iniciais de Suprimento, para o período de abril de 2001 a dezembro de 2002, foram formalizadas pelas geradoras e distribuidoras na assinatura do "Acordo de Compra de Sobras Líquidas Contratuais":

- ✓ para o período de abril a maio de 2001, as sobras líquidas serão compradas pelas geradoras considerando-se 60% do preço vigente do Mercado Atacadista de Energia (MAE);
- ✓ durante o período do racionamento (1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002), as sobras líquidas serão consideradas nulas; e
- ✓ para o período de março a dezembro de 2002, as sobras líquidas serão compradas das distribuidoras pelas geradoras pelo preço de R\$ 73,39/MWh. Estas sobras são decorrentes da redução do consumo de energia elétrica após o fim do racionamento, e referem-se ao volume de energia não comercializado pelas distribuidoras em relação à quantidade contratada.

A Elektro contabilizou, no encerramento de 2002, o valor a receber de R\$ 28,6 milhões (389,6 GWh) referentes às sobras dos Contratos Iniciais de Suprimento de Energia. O recebimento deste valor dá-se através da liquidação do Mercado Atacadista de Energia (MAE) (vide seção "Desempenho Comercial - Vendas de Suprimento de Energia e Mercado Atacadista de Energia").

4.6) Empréstimo Emergencial do BNDES

De acordo com os valores homologados pela ANEEL através das Resoluções nº 480, 481 e 482, todas de 29 de agosto de 2002, a Elektro recebeu, através de programa de empréstimo emergencial implantado pelo BNDES, as seguintes liberações no valor de 90% das perdas de receita decorrentes do Programa de

Racionamento de Energia Elétrica e também do aumento acumulado dos itens de custos da Parcela A, apurado entre 1º de janeiro e 25 de outubro de 2001:

<i>Valores em R\$ milhões</i>				
	Período	Valor homologado pela ANEEL	Valor financiado pelo BNDES (90%)	Valores recebidos pela Elektro
Recuperação das perdas de receita decorrentes do Programa de Racionamento de Energia Elétrica	Junho a Dezembro/2001	180,1	162,1	78,5 em 20/fev/2002 83,6 em 03/set/2002
	Janeiro a Fevereiro/2002	39,1	35,2	35,2 em 5/nov/2002
Subtotal 1		219,2	197,3	197,3
Aumento dos itens da Parcela A	Jan/2001 a 25/Out/2001	58,9	53,0	53,0 em 3/set/2002
Total Geral		278,1	250,3	250,3

A amortização do empréstimo do BNDES é vinculado ao faturamento adicional originário da RTE. Até o final do exercício de 2002, foram amortizados, entre principal e juros, R\$ 76,5 milhões. O custo do empréstimo do BNDES é equivalente à variação da taxa Selic mais 1% a.a.

A Elektro caucionou até março de 2003, através de instituição financeira, 5,64% do seu faturamento mensal a título de garantia deste empréstimo. A Resolução ANEEL nº 89, de 25 de fevereiro de 2003, estabeleceu que 36,1860% do montante efetivamente recebido mensalmente através da RTE será destinado à liquidação dos valores referentes à energia livre. Portanto, a partir de abril de 2003, o percentual caucionado para fins de amortização das perdas de receita do racionamento foi reduzido e fixado em 3,24% até a amortização integral do empréstimo do BNDES, salvo em caso de inadimplência, que se ocorrer, passa a ser de 5,08%.

4.7) Acordo com Furnas

Visando o atendimento das condições estabelecidas no Acordo Geral do Setor Elétrico, a Elektro, em 15 de março de 2002, concluiu negociações com Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas) relativamente à desistência da ação legal, movida pela Elektro, referente ao pagamento do aumento, a partir de 1º de janeiro de 2001, de 8,28% nas tarifas de suprimento de energia de Itaipu, que não foi objeto de repasse às tarifas de fornecimento de energia elétrica no período de 1º de janeiro a 27 de agosto de 2001.

Foi realizado, também em 15 de março de 2002, um encontro de contas dos direitos da Elektro referentes às faturas de energia vendida para Furnas, através do MAE, no período de abril a outubro de 2000, e dos direitos de Furnas relacionados às faturas de transporte e repasse de energia de Itaipu, anteriormente compensadas pela Elektro, entre setembro e outubro de 2000, contra seus respectivos direitos junto à Furnas, referente a venda de energia através do MAE. Este encontro de contas resultou em um saldo de US\$ 4,3 milhões a pagar para Furnas.

Nos termos dos acordos celebrados com Furnas, o valor equivalente a US\$ 9,9 milhões (US\$ 5,6 milhões referentes ao aumento de 8,28% nas tarifas de suprimento de energia de Itaipu e US\$ 4,3 milhões referentes ao encontro de contas, acima descritos) teve sua amortização iniciada em 1º de julho de 2002 e foi integralmente liquidado pela Elektro em 3 de setembro de 2002, data da liberação da 2ª parcela do empréstimo emergencial do BNDES, conforme acordado com Furnas.

4.8) Anexo V

Em dezembro de 2001, em função das negociações que levaram ao Acordo Geral do Setor Elétrico, as distribuidoras e as geradoras concordaram em renunciar à aplicação do Anexo V referente às sobras líquidas de energia dos Contratos Iniciais de Suprimento a partir de 1º de junho de 2001. Os contratos iniciais de suprimento de energia foram aditados contemplando dispositivo alternativo ao Anexo V.

5. DESEMPENHO COMERCIAL

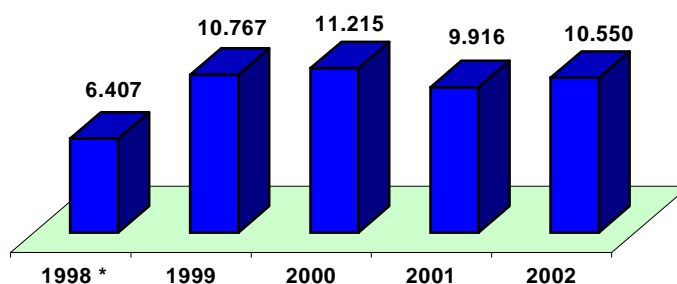
5.1) Vendas de Energia - Clientes Finais

Em 2002, as vendas de energia a clientes finais retornaram a patamares semelhantes aos registrado em 1999 e o consumo mensal médio por consumidor residencial da área de concessão da Elektro recuou para níveis abaixo do valor registrado no ano de 1990: 139 KWh/mês em 2002 comparado a 150 KWh/mês em 1990.

Estes resultados refletem: (i) os efeitos do Programa de Racionamento de Energia sobre os hábitos de consumo dos clientes e avanços no uso mais eficiente de energia elétrica, (ii) a redução no nível de renda e emprego e (iii) o desempenho da economia paulista em 2002, que apresentou redução na produção industrial de 1,1% comparado a 2001.

A Elektro registrou vendas de energia a clientes finais de 10.550 GWh em 2002, um aumento de 6,4% em relação a 2001. As vendas de 2001 refletem os efeitos causados pelo Programa de Racionamento de Energia Elétrica, que naquele ano vigorou de 1º de junho a 31 de dezembro. Em 2002, também há reflexos do Programa de Racionamento (de 1º de janeiro a 28 de fevereiro) sobre o consumo de energia dos clientes finais, gerando distorções na comparação desses meses com o mesmo período de 2001 e no ano como um todo.

Vendas de Energia a Clientes Finais (GWh) - 1998/2002



	<u>2000/1999</u>	<u>2001/2000</u>	<u>2002/2001</u>
Varição % anual:	4,2%	-11,6%	6,4%
Varição % acumulada:	4,2%	-7,9%	-2,0%
* 7 meses (jun/dez)			

Classes de Consumo	Energia Vendida - GWh			R\$ Milhões		
	2002	2001	2002/2001	2002	2001	2002/2001
Residencial	2.585,9	2.587,3	-0,1%	659,5	571,8	15,3%
Industrial	4.930,9	4.533,0	8,8%	675,6	542,3	24,6%
Comercial	1.091,2	1.037,3	5,2%	268,2	218,8	22,6%
Rural	644,1	590,5	9,1%	89,3	70,7	26,3%
Poder Público	193,2	178,0	8,5%	45,2	35,5	27,3%
Iluminação Pública	360,6	316,9	13,8%	54,6	40,7	34,4%
Serviços Públicos	744,4	673,3	10,6%	85,9	66,7	28,7%
Venda de Energia a Clientes Finais	10.550,2	9.916,3	6,4%	1.878,4	1.546,4	21,5%
Tarifa Média - R\$/MWh				178,0	155,9	14,2%

Vendas de Energia a Clientes Finais - GWh			
Período	2002	2001	Var. % 2002 / 2001
Janeiro - Fevereiro	1.589,7	1.879,4	-15,4%
Março - Maio	2.669,0	2.916,3	-8,5%
Junho - Dezembro	6.291,5	5.120,7	22,9%
Janeiro a Dezembro	10.550,2	9.916,3	6,4%

No período de 1º de janeiro a 28 de fevereiro de 2002, na vigência do Programa de Racionamento de Energia Elétrica, verificou-se uma redução de 15,4% no consumo de energia dos clientes finais na área de concessão da Elektro comparando-se com o mesmo período de 2001 (sem racionamento).

Entre março a maio de 2002, as vendas de energia a clientes finais apresentaram uma redução de 8,5% comparado ao mesmo período de 2001. Este índice é menor que o registrado entre janeiro e fevereiro de 2002, em relação a 2001, refletindo parcial retomada do consumo após o término do Programa de Racionamento de Energia Elétrica, mas ainda impactado pelas mudanças de hábitos de consumo.

As vendas de energia cresceram 22,9% entre junho e dezembro de 2002 (sem racionamento) comparado ao mesmo período de 2001 (com racionamento).

A média diária de energia vendida entre março e dezembro de 2002 (período sem racionamento de energia) registrou aumento de 8,7% comparativamente à média de janeiro e fevereiro do mesmo ano (meses ainda com vigência do racionamento).

A receita de venda de energia a clientes finais alcançou R\$ 1,88 bilhão em 2002, apresentando crescimento de 21,5% relativamente a 2001, reflexo: (i) do reajuste tarifário médio de 14,2% entre os períodos e (ii) do crescimento de 6,4% do volume de vendas.

A ANEEL homologou, em 27 de agosto de 2002, reajuste tarifário anual contratual de 14,21% para as tarifas de fornecimento a clientes finais da Elektro, refletido integralmente na receita de venda de energia a partir do último trimestre de 2002.

5.2) Vendas de Suprimento de Energia e Mercado Atacadista de Energia

Vendas de Suprimento de Energia	Energia Vendida - GWh		R\$ Milhões		Preço Médio (R\$ / MWh)	
	2002	2001	2002	2001	2002	2001
Mercado "Spot"	398,7	358,8	10,4	115,5	26,1	321,9
Contratos Bilaterais	421,5	103,3	10,2	14,7	24,2	142,7
Compra das Sobras Líquidas de Energia dos Contratos Iniciais de Suprimento de Energia	389,6	-	28,6	-	73,4	-
Total	1.209,8	462,0	49,2	130,2	40,7	281,9

As transações "spot" e as compras das sobras líquidas dos contratos iniciais de suprimento de energia são liquidadas pelo Mercado Atacadista de Energia (MAE). O recebimento destas transações é realizado líquido do pagamento do montante relativo a encargos de serviços de sistema (ESS).

A Elektro tem R\$ 137,2 milhões líquidos a receber referentes às transações realizadas no MAE entre setembro de 2000 e dezembro de 2002. Em 20 de dezembro de 2002, a ANEEL determinou que 50% destas transações fossem liquidadas, sendo que o MAE definiu o prazo de até fevereiro de 2003 para que isto ocorra.

Valores em R\$ Milhões

(+) Saldo das contas a receber em 31 de dezembro de 2002	171,3
. Vendas "Spot"	142,7
. Compras das Sobras Líquidas do Contratos Iniciais de Suprimento de Energia	28,6
(-) Encargos de Serviços de Sistema (ESS)	(34,1)
(=) Valor líquido a receber	137,2

(+) Liquidação pelo MAE (50% do valor líquido a receber acima)	68,6
(-) Valor recebido até Fevereiro de 2003	(54,9)
(=) Saldo a receber	13,7

A Elektro recebeu, até o final de fevereiro de 2003, R\$ 54,9 milhões: R\$ 44,3 milhões do montante de 50% das transações realizadas entre setembro de 2000 a setembro de 2002 e R\$ 10,6 milhões referentes a liquidações de 50% das operações ocorridas entre outubro e dezembro de 2002. A empresa adotou as medidas legais cabíveis para receber os R\$ 13,7 milhões que não foram pagos nas respectivas datas definidas pelo MAE.

Os 50% restantes (R\$ 68,6 milhões) serão recebidos após auditoria pelo MAE nos números contabilizados, com previsão de conclusão até o final de julho de 2003.

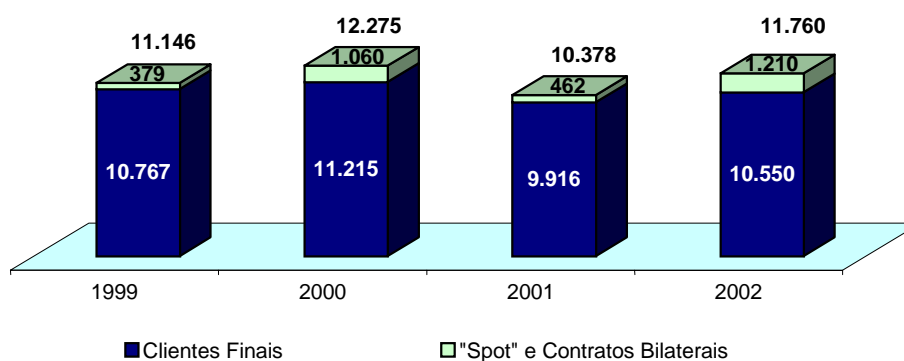
5.3) Vendas Totais de Energia

Classes de Consumo	Energia Vendida - GWh			R\$ Milhões		
	2002	2001	2002/2001	2002	2001	2002/2001
Cientes Finais	10.550,2	9.916,3	6,4%	1.878,4	1.546,4	21,5%
Suprimento de Energia	1.209,8	462,0	-	49,2	130,2	-
Recuperação das perdas de receita decorrentes do Racionamento	-	-	-	9,6	209,6	-
Total	11.760,0	10.378,3	13,3%	1.937,1	1.886,3	2,7%

As vendas totais de energia no encerramento de 2002 totalizaram 11.760 GWh, equivalente a um crescimento de 13,3% comparativamente ao ano anterior.

As vendas totais de energia apresentaram a seguinte evolução entre 1999 e 2002:

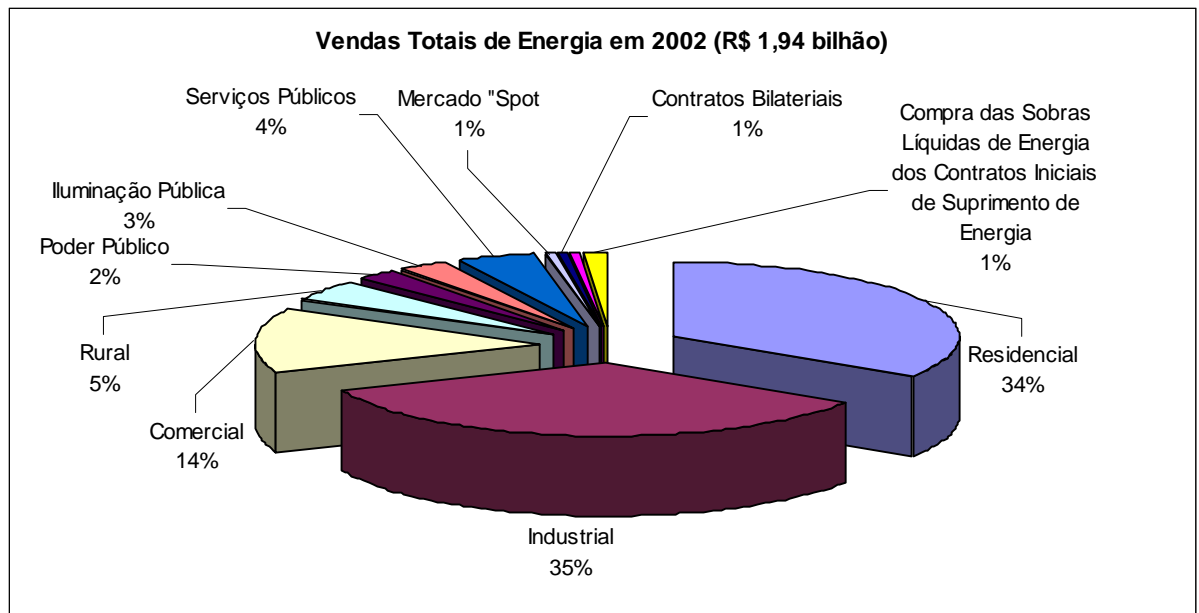
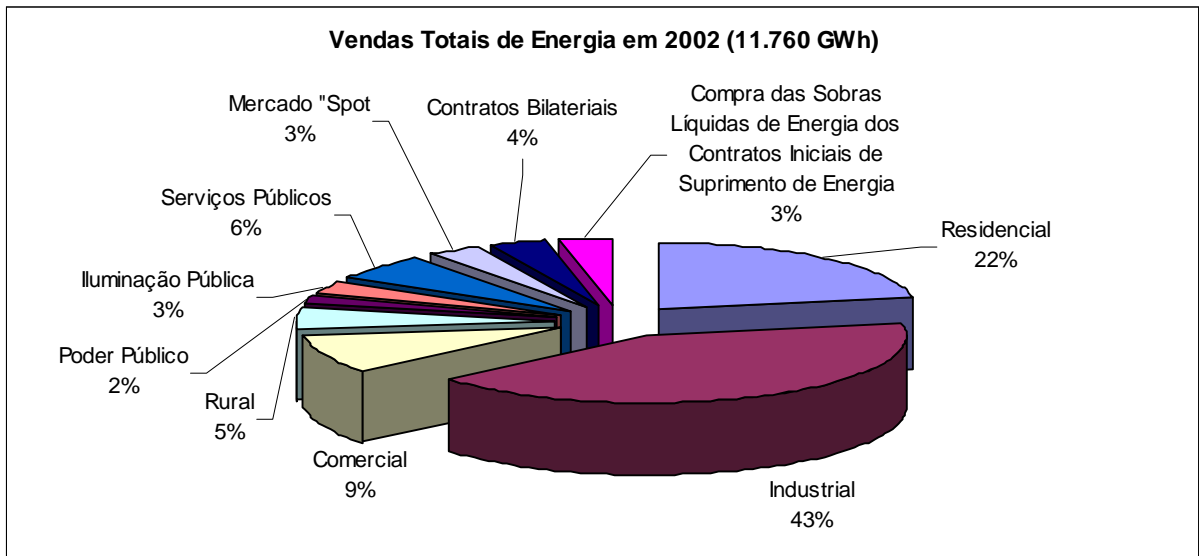
Evolução das Vendas Totais de Energia (GWh) - 1999/2002



	<u>2000/1999</u>	<u>2001/2000</u>	<u>2002/2001</u>
Var. Anual %.	10,1%	-15,4%	13,3%
Var. Anual % Acumulado	10,1%	-6,9%	5,5%

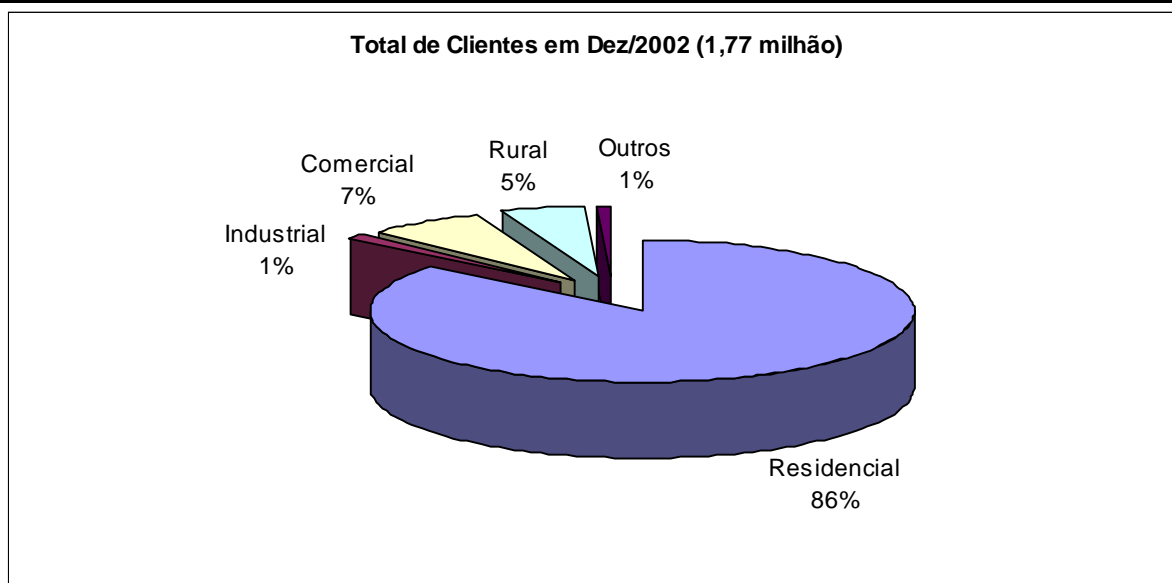
A receita total de venda de energia em 2002, incluindo as vendas de suprimento de energia e a recuperação das perdas de receita decorrentes do Programa de Racionamento de Energia Elétrica, atingiu R\$ 1,94 bilhão, um crescimento de 2,7% se comparado com o ano de 2001.

A energia total vendida e a receita bruta na venda de energia apresentavam as seguintes segmentações no encerramento de 2002:

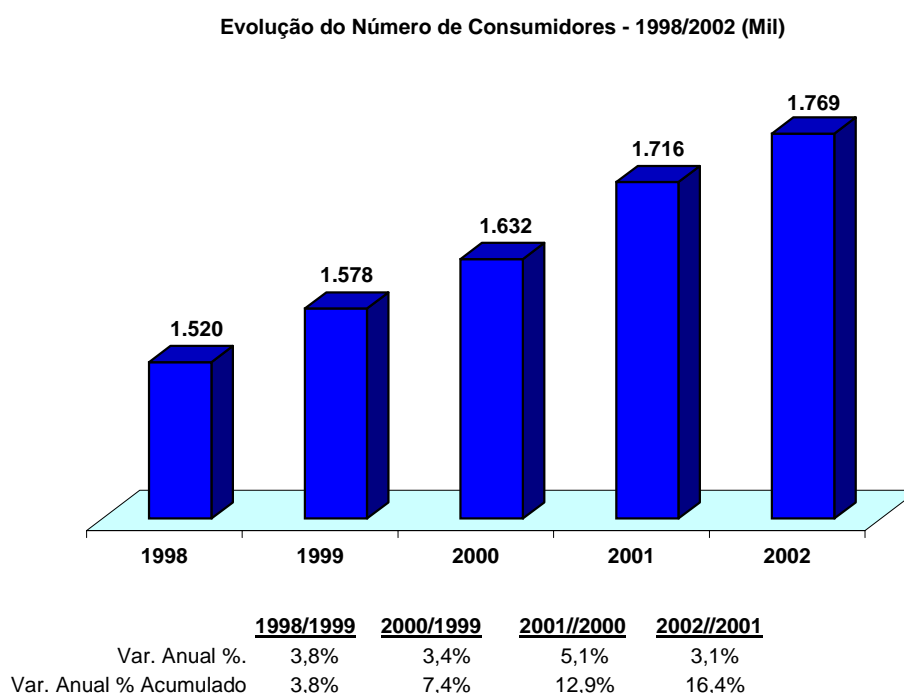


Na classe industrial, 58% das vendas de energia e 70% da receita são decorrentes do fornecimento a pequenas e médias indústrias com maior margem de comercialização.

Em 31 de dezembro de 2002, a Elektro totalizava 1,77 milhão de consumidores, um crescimento de 3,1% em relação a dezembro de 2001, apresentando a seguinte segmentação ao final do exercício:



A Elektro apresentou a seguinte evolução de total de clientes entre 1998 e 2002:



Base: 31 de dezembro.

6. REESTRUTURAÇÃO DE DÍVIDAS E OBRIGAÇÕES COM PESSOAS LIGADAS

Ao final do exercício de 2001 e ao longo de 2002, a Elektro consolidou processo de reestruturação de dívidas e obrigações devidas às empresas do Grupo Enron (Pessoas Ligadas), representando relevante reorganização de seu fluxo de caixa e ampliando a sua liquidez e capacidade de investimento:

6.1) Reestruturação de Dívidas e Obrigações em 2001

Em 4 de dezembro de 2001, a Elektro reestruturou dívidas e obrigações junto às empresas do Grupo Enron que resultou na postergação dos pagamentos referentes às dívidas e obrigações financeiras vencidas a partir daquela data e até 31 de dezembro de 2003 (inclusive). Os valores postergados foram renegociados para liquidação no vencimento final de cada uma das respectivas dívidas e obrigações:

- ✓ US\$ 64,7 milhões, referentes aos juros de dívida em moeda estrangeira contratada junto à ETB - Energia Total do Brasil Ltda., cujo principal corresponde a US\$ 213 milhões e sobre o qual incidem juros de 12% a.a., foram postergados para pagamento em dezembro de 2007;
- ✓ US\$ 81,9 milhões, referentes aos juros de dívida em moeda estrangeira contratada junto à Enron Brasil Power Holdings IV Ltd., EPC – Empresa Paranaense Comercializadora Ltda., Enron Investimentos Energéticos Ltda. e ETB – Energia Total do Brasil Ltda., cujo principal corresponde a US\$ 250 milhões e sobre o qual incidem juros de 15% a.a., foram postergados para pagamento em dezembro de 2008;
- ✓ R\$ 7,5 milhões, referentes aos juros de dívida em moeda nacional contratada junto à ETB – Energia Total do Brasil Ltda., cujo principal corresponde ao valor de R\$ 21 milhões e sobre o qual incidem encargos equivalentes ao IGP-M + 10% a.a., foram postergados para pagamento em dezembro de 2007; e
- ✓ R\$ 267 milhões, referentes aos pagamentos das obrigações relativas à operação de resgate de ações, aprovada em Assembléia Geral Extraordinária (AGE) em 3 de janeiro de 2001, e devidos à EPC – Empresa Paranaense Comercializadora Ltda., Enron Investimentos Energéticos Ltda. e ETB – Energia Total do Brasil Ltda., foram postergados para pagamento em junho de 2005.

O valor postergado junto às empresas do Grupo Enron totaliza R\$ 792,5 milhões em moeda de 31 de dezembro de 2002.

Sobre os valores postergados acima não incidem quaisquer encargos ou juros, inclusive os juros de mora.

6.2) Reestruturação de Dívida em 2002

Em 31 de dezembro de 2002, a Elektro concluiu processo de reestruturação da dívida em moeda estrangeira contratada junto à ETB – Energia Total do Brasil Ltda., cujo principal corresponde a US\$ 213 milhões, nas seguintes condições:

- ✓ pagamento do principal, anteriormente previsto em uma única parcela em 23 de dezembro de 2007, para 11 (onze) parcelas semestrais, consecutivas e no valor de US\$ 19,4 milhões, a primeira a vencer na mesma data de 23 de dezembro de 2007 e a última em 23 de dezembro de 2012;
- ✓ postergação do pagamento dos juros devidos em 23 de dezembro de 2001 (US\$ 12,9 milhões) para pagamento em 23 de junho de 2004, sem incidência de quaisquer encargos adicionais;
- ✓ pagamento dos juros devidos em 2002, 2003 e em dezembro de 2007 (US\$ 64,8 milhões), sobre os quais se obteve um desconto de 37,6%, em 11 (onze) parcelas semestrais, iguais e consecutivas, no valor de US\$ 3,7 milhões cada, iniciando-se em 23 de dezembro de 2007 e com término em 23 de dezembro de 2012, sem qualquer incidência de encargos adicionais; e
- ✓ pagamento de juros semestrais à taxa de 12% a.a. sobre o principal de US\$ 213 milhões, entre junho de 2004 a junho de 2007, não havendo incidência de quaisquer juros ou encargos sobre o principal a partir de dezembro de 2007.

O desconto no valor dos juros, obtido na reestruturação da dívida, representa R\$ 86,3 milhões em moeda de 31 de dezembro de 2002. A redução no ônus financeiro total, decorrente da reestruturação, é estimada em US\$ 50 milhões.

Sobre os valores postergados, não incidem quaisquer encargos ou juros, inclusive juros de mora.

A dívida da Elektro equivalente a US\$ 213 milhões, contratada junto à ETB, foi resultado do pagamento antecipado pela ETB, em 23 de dezembro de 1999, da totalidade das obrigações anteriormente detidas pela Elektro perante a Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás, mediante a obtenção de um desconto, em benefício da Elektro, de R\$ 73 milhões do saldo devedor do débito para com a Eletrobrás à época do pré-pagamento. Esta operação foi aprovada pela ANEEL em 20 de dezembro de 1999, através do Ofício nº 952/1999-DR/ANEEL e do Despacho nº 538, ambos de 20 de dezembro de 1999.

Em 23 de dezembro de 1999, a ETB emitiu um “Fixed Rate Note” (“Nota”) em igual valor de US\$ 213 milhões em favor da Enron Development Funding Ltd. (EDF), adquirida posteriormente pela Enron Corp. em 19 de junho de 2000, que por sua vez a vendeu ao Banco IntesaBci S.p.A (IBCI), com sede na Itália, em 5 de julho de 2000.

A Elektro, em face dos benefícios que lhe foram concedidos para pagamento da dívida, na forma da operação de reestruturação, concordou em participar como garantidora e avalista das obrigações da ETB para com o IBCI.

A operação de reestruturação contou com a aprovação da ANEEL, através do Ofício 1275/2002, e também da Corte de Falência do Distrito Sul de Nova York, onde se processa a reorganização da Enron Corp. com base no Capítulo 11 da Lei de Falências (*"Chapter 11 of the US Bankruptcy Code"*) dos Estados Unidos da América.

7. EMPRÉSTIMOS COM TERCEIROS E DÍVIDAS E OBRIGAÇÕES COM PESSOAS LIGADAS

A Elektro encerrou 2002 com um endividamento total líquido de R\$ 2,7 bilhões e um saldo de caixa e aplicações de R\$ 172,3 milhões.

O endividamento e obrigações com terceiros e pessoas ligadas apresentou a seguinte posição no encerramento exercício:

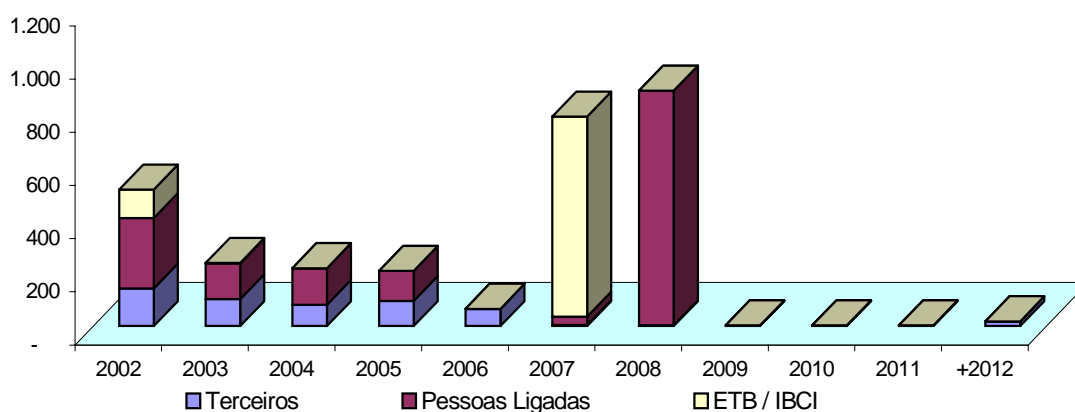
<i>Valores em R\$ milhões</i>			
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Empréstimos com Terceiros	92,3	281,9	374,2
Dívidas com Pessoas Ligadas	-	1.971,5	1.971,5
Contas a Pagar - Acionistas	0,5	518,2	518,7
Total Geral	92,8	2.771,6	2.864,4
Caixa e Aplicações Financeiras			172,3
Endividamento Líquido			2.692,1

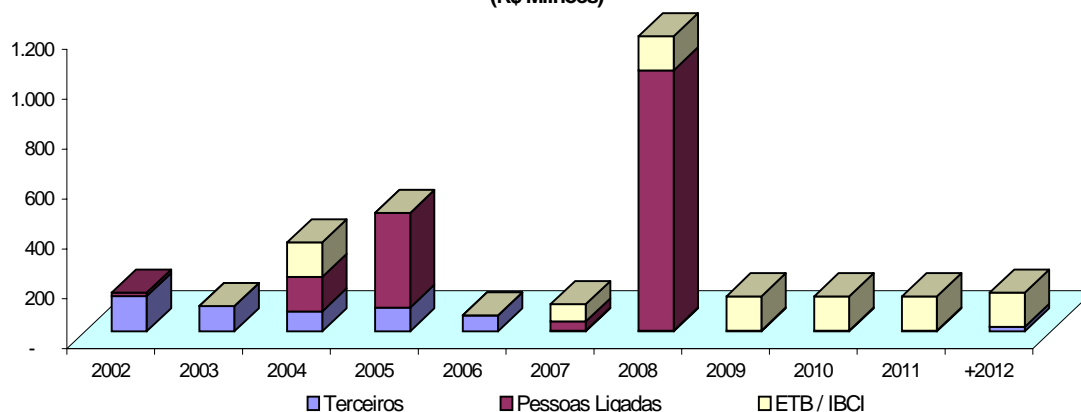
Destaca-se que o empréstimo emergencial do BNDES, correspondente a cerca de 49% do saldo da dívida de curto prazo com terceiros, tem seu pagamento atrelado às receitas adicionais vinculadas à RTE.

7.1) Fluxo de Pagamento das Dívidas e Obrigações

O fluxo de pagamentos da dívida e das obrigações da Elektro com terceiros e com pessoas ligadas, antes e após as reestruturações de 2001 e 2002, apresenta o seguinte cronograma:

Fluxo Original de Pagamentos antes das reestruturações de 2001 e 2002
(R\$ Milhões)



Fluxo de Pagamentos após reestruturações de 2001 e 2002
 (R\$ Milhões)


O ano de 2002 no fluxo de pagamentos após a reestruturação indica os valores efetivamente desembolsados das dívidas e obrigações junto a terceiros e pessoas ligadas. De 2003 a 2012, o fluxo de pagamentos foi elaborado com base no saldo contábil em 31 de dezembro de 2002.

8. RESULTADOS

	Valores em R\$ milhões		Var. Abs. 2002/2001
	2002	2001	
Venda de Energia Clientes Finais	1.878,4	1.546,4	331,9
Recuperação das Perdas de Receita com Racionamento MAE e Contratos Bilaterais	9,6	209,6	(200,0)
Recompra das Sobras de Energia dos Contratos Iniciais	20,6	130,2	(109,6)
Receita Bruta de Venda de Energia	28,6	0,0	28,6
Encargos de Capacidade Emergencial	1.937,1	1.886,3	50,9
Energia Livre	39,1	0,0	39,1
Outras Receitas	(7,0)	108,8	(115,8)
Outras Receitas	22,1	19,4	2,6
Receita Operacional Bruta	1.991,3	2.014,5	(23,2)
Receita Operacional Líquida	1.444,9	1.572,0	(127,2)
Resultado do Serviço	137,3	275,0	(137,7)
Lucro/(Prejuízo) Líquido	(939,8)	25,4	(965,2)
Variações Monetárias e Cambiais	(661,5)	(72,6)	(588,9)
EBITDA	258,2	485,2	(226,9)
Margem EBITDA / Receita Operacional Líquida	17,8%	33,2%	-
Ajustes	51,3	(336,7)	388,0
EBITDA Ajustado *	309,6	148,5	161,1
Margem EBITDA Ajustado / Receita Operacional Líquida	21,4%	9,4%	

(*) O EBITDA ajustado é calculado excluindo os itens que não representam entradas ou saídas de caixa no exercício: (i) a recuperação das perdas de receita decorrentes do Programa de Racionamento de Energia Elétrica, (ii) as vendas de energia no MAE, e (iii) os efeitos da CVA, e incluindo (iv) a amortização da recuperação das perdas de receita com racionamento.

Em 2002, a Elektro atingiu uma receita bruta de venda de energia de R\$ 1,94 bilhão, 2,7% acima do valor registrado no mesmo período de 2001.

A receita bruta de venda de energia registrou crescimento inferior ao reajuste tarifário médio para clientes finais de 14,2% entre os períodos, resultado: (i) da alteração no *mix* de vendas, com redução de 26,1% para 24,5% na participação relativa da classe residencial, que apresenta maiores tarifas e margem, na venda total de energia a clientes finais e (ii) do menor preço médio das vendas no MAE e de contratos bilaterais (40,7 R\$/MWh em 2002 comparado a 281,9 R\$/MWh em 2001).

Em 2002, foi reconhecido um estorno de R\$ 7,0 milhões na receita referente à energia livre, resultado do valor homologado pela ANEEL com relação ao montante a ser repassado às geradoras pela Elektro, através da arrecadação da RTE.

A receita de R\$ 39,1 milhões, referente aos encargos de capacidade emergencial, decorre dos valores cobrados dos clientes finais e repassados para a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE com o objetivo de custear o programa emergencial de expansão da geração de energia, contratado junto à CBEE.

Os valores reconhecidos a título de energia livre e de encargos de capacidade emergencial são integralmente repassados às geradoras de energia livre e CBEE, respectivamente, sem efeito no resultado e sem impacto no fluxo de caixa da empresa.

O resultado do serviço em 2002 foi de R\$ 137,3 milhões comparado a R\$ 275,0 milhões em 2001, influenciado:

- ✓ negativamente: (i) pela alteração do mix de vendas e menor preço médio das vendas no MAE e de contratos bilaterais descritos acima, (ii) pela provisão para devedores duvidosos (R\$ 20,2 milhões em 2002) decorrente da inclusão dos créditos vencidos referentes, principalmente, de prefeituras municipais (R\$ 14,3 milhões), e (iii) pelo aumento, em relação a 2001, das despesas com materiais, serviços contratados e pessoal, no valor de R\$ 7 milhões; e
- ✓ positivamente pela mudança no prazo de amortização do ágio relativo à expectativa de rentabilidade futura da concessão decorrente da incorporação da Terraço Participações Ltda. na Elektro.

O valor do ágio decorrente da incorporação da Terraço na Elektro foi amortizado proporcionalmente ao prazo de 10 anos de janeiro de 1999 até setembro de 2002, conforme a legislação societária e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A ANEEL, entretanto, entendia que o ágio deveria ser amortizado pelo prazo da concessão (30 anos).

Após discussões mantidas com a ANEEL desde 1999, conforme Ofício CVM/SEP/GEA-1/nº 147/03, da Comissão de Valores Mobiliários, de 14 de março de 2003, e de acordo com o Ofício ANEEL nº 393/2003 – SFF/ANEEL, de 20 de março de 2003, a Elektro passou a amortizar o ágio pelo prazo remanescente da concessão, contado a partir de janeiro de 2002 (27 anos), e de acordo com a metodologia definida pela ANEEL.

A empresa registrou um prejuízo líquido de R\$ 939,8 milhões em 2002 comparativamente a um lucro de R\$ 25,4 milhões em 2001. Este resultado é reflexo, principalmente:

(i) da variação cambial (R\$ 674,1 milhões) sobre o estoque de dívidas da Elektro atrelado ao dólar norte-americano:

- ✓ R\$ 631,9 milhões relativos ao impacto da desvalorização do Real em 2002; e
- ✓ R\$ 42,3 milhões referentes à amortização da variação cambial diferida no exercício de 2001, nos termos das Instruções CVM No. 404 e 409, de 27 de setembro e 1º de novembro de 2001, respectivamente, e

(ii) da reversão dos créditos fiscais diferidos, no valor de R\$ 174,7 milhões. A Elektro procedeu à reversão de tais créditos por não apresentar lucro tributável nos três últimos exercícios sociais, conforme exigência definida no artigo 3º da Instrução CVM nº 371, de 27 de julho de 2002.

A variação cambial incidente sobre o valor principal em aberto dos empréstimos em moeda estrangeira e sobre os juros postergados com Pessoas Ligadas não representaram qualquer reflexo relevante no fluxo de caixa da empresa em 2002:

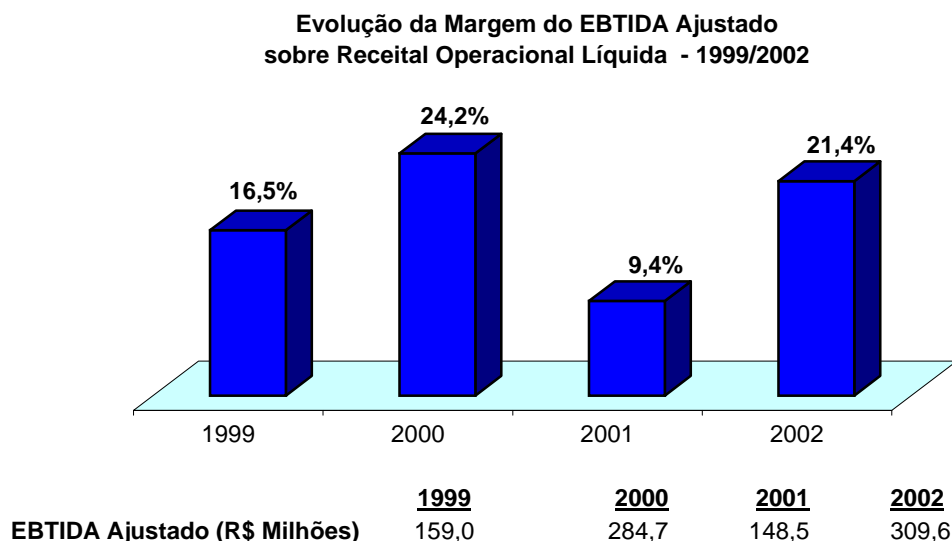
	Variação Cambial R\$ milhões	Previsão de Desembolso de Caixa
Dívida em moeda estrangeira contratada junto à ETB - Energia Total do Brasil Ltda., cujo principal corresponde a US\$ 213 milhões e sobre o qual incidem juros de 12% a.a até dezembro de 2007.	Principal 258,5 Juros 16,3 Total 291,1	Entre Dez/2007 e Dez/2012 Jun/2004 Entre Dez/2007 e Dez/2012
Dívida em moeda estrangeira contratada junto à Enron Brazil Power Holdings IV Ltd., EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda, ETB - Energia Total do Brasil Ltda. e EIE - Enron Investimentos Energéticos Ltda., cujo principal corresponde a US\$ 250 milhões e sobre o qual incidem juros de 15% a.a até dezembro de 2008.	Principal 303,2 Juros 32,8 Total 336,0	Dez/2008 Dez/2008
Dívida em moeda estrangeira contratada junto à EBS - Enron Brazil Services Ltd., cujo principal corresponde a US\$ 3,6 milhões e sobre o qual não incidem juros.	Principal 4,7	Pago em 19/dez/02
Diferimento Variação Cambial de 2001 - Dívida correspondente a US\$ 213 milhões - Dívida correspondente a US\$ 250 milhões	Principal 19,4 Principal 22,8	Entre Dez/2007 e Dez/2012 Dez/2008
Total Variação Cambial em 2002	674,1	

Os juros vinculados às dívidas com Pessoas Ligadas no valor de R\$ 188,5 milhões, registrados no resultado de 2002, tiveram os respectivos pagamentos renegociados em 4 de dezembro de 2001 e somente serão desembolados a partir de dezembro de 2007 (vide seção "Reestruturação de Dívidas e Obrigações com Pessoas Ligadas").

Ao final do exercício de 2002, a Elektro registrou um Patrimônio Líquido negativo de R\$ 291,6 milhões, resultado, principalmente, dos impactos da variação cambial e reversão dos créditos fiscais no prejuízo do exercício, acima descritos.

A geração de caixa pelo conceito do EBITDA ajustado foi de R\$ 309,6 milhões, 108,5% maior que o registrado em 2001 (R\$ 148,5 milhões), resultado principalmente do faturamento adicional vinculado à RTE para recuperar as perdas de receitas decorrentes do Programa de Racionamento de Energia Elétrica.

A margem do EBTIDA ajustado sobre a receita operacional líquida apresentou a seguinte evolução entre 1999 e 2002:



Em 2001, a margem do EBTIDA ajustado reflete a redução das vendas de energia decorrentes do Programa de Racionamento de Energia Elétrica. A recuperação das perdas de receita decorrentes do Programa de Racionamento de Energia Elétrica não estão consideradas em 2001 por apresentarem efeito caixa somente a partir de janeiro de 2002, quando da introdução da RTE em 27 de dezembro de 2001, e que deverá se estender até novembro de 2006.

Em 2002, a recuperação da margem do EBTIDA ajustado reflete as entradas de caixa referentes à RTE.

9. FLUXO DE CAIXA

Os principais fatores que influenciaram o fluxo de caixa da Elektro ao longo de 2002 foram: (i) a liberação do empréstimo emergencial do BNDES, no montante de total de R\$ 250,3 milhões e (ii) a renegociação das dívidas e obrigações com as empresas do grupo Enron em dezembro de 2001, que permitiram a postergação dos pagamentos com vencimento em 2002, no valor de R\$ 340 milhões em moeda de 31 de dezembro de 2002.

Valores em R\$ Milhões

- Prezúízo líquido do exercício de 2002	(939,8)
- Receitas / (Despesas) que não afetam o caixa	<u>1.233,7</u>
. <i>Juros e variações monetárias de longo prazo</i>	876,2
. <i>Depreciação e Amortização</i>	121,0
. <i>Reversão do Imposto de Renda Diferido</i>	174,7
. <i>Outras receitas / (despesas)</i>	61,8
- Lucro Líquido Ajustado	<u>293,9</u>
- Varição do Capital de Giro Operacional	<u>(129,7)</u>
- Geração Operacional de Caixa	<u>164,2</u>
- Atividades de Financiamento	<u>103,3</u>
- Aplicações no Imobilizado	<u>(114,1)</u>
- Geração Líquida de Caixa	<u>153,4</u>
. <i>Saldo Inicial de Caixa</i>	18,9
- Saldo Final de Caixa de 2002	<u>172,3</u>

Em 2002, desconsiderando-se o efeito de despesas e receitas que não impactaram o fluxo de caixa, a Elektro apresentou um lucro líquido ajustado de R\$ 293,9 milhões que, após consideradas as variações do capital de giro operacional, proporcionaram à Elektro uma geração operacional de caixa de R\$164,2 milhões.

Ao longo de 2002, a Elektro obteve R\$ 282,3 milhões em novas captações e realizou amortizações que alcançaram R\$ 179,0 milhões, o que resultou em financiamentos líquidos de R\$ 103,3 milhões. Para aquisições no imobilizado da Elektro, foram destinados R\$ 114,1 milhões.

Considerando-se todos os fluxos de recursos, a Elektro apresentou uma geração líquida de caixa de R\$ 153,4 milhões, que somados ao saldo de caixa do início do exercício, levaram a um saldo de caixa ao final de 2002 de R\$ 172,3 milhões.

Adicionalmente, merecem destaque as liquidações no MAE a partir de dezembro de 2002 e a renegociação adicional da dívida em moeda estrangeira no valor equivalente a US\$ 213 milhões com ETB e Banco IntesaBci, que apesar de não influenciarem o fluxo de caixa da Elektro ao longo de 2002, deverão proporcionar benefícios significativos a partir de 2003.

10. INVESTIMENTO E MODERNIZAÇÃO

Ao longo de 2002, a Elektro investiu R\$ 118,3 milhões, sendo:

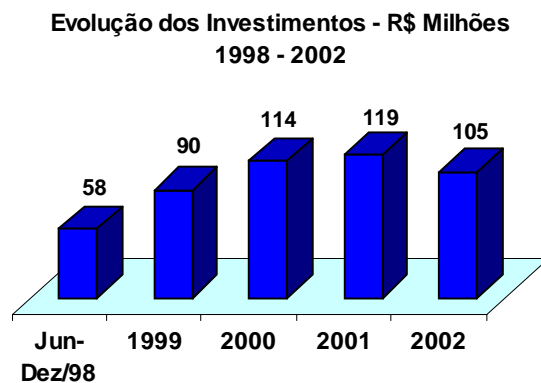
- ✓ R\$ 105 milhões com recursos próprios; e
- ✓ R\$ 13,3 milhões com recursos e doações de clientes.

Dentre os investimentos realizados com recursos próprios, destacam-se os seguintes programas:

- ✓ **Expansão, Melhorias e Preservação do Sistema Elétrico** (R\$ 91,3 milhões): programa destinado à ligação de novos clientes, preservação da integridade física, condições de segurança e atualizações tecnológicas: (i) R\$ 41,1 milhões em preservação do sistema elétrico, (ii) R\$ 14,5 milhões em melhorias e (iii) R\$ 26,6 milhões associados à ligação de 80,1 mil novos clientes, expansão e implantação de novas

subestações e respectivas linhas de transmissão, acrescentando 12,5 MVA de potência instalada em novas Subestações (Ipeúna e São Luiz do Paraitinga) e 12,5 MVA de potência em ampliações em 2 subestações.

- ✓ **Programas Rurais** (R\$ 4,1 milhões): projetos de eletrificação de áreas rurais dentro da área de concessão da empresa que viabilizaram o fornecimento de energia elétrica a 1.635 pequenas e médias propriedades em 2002, através do desenvolvimento dos programas: (i) "Luz da Terra", previsto no contrato de concessão e coordenado pela Comissão de Eletrificação Rural do Estado de São Paulo, e (ii) "Luz no Campo", coordenado pela Eletrobrás.
- ✓ **Programa Reluz** (R\$ 7,6 milhões): realização da primeira etapa do projeto de substituição de lâmpadas de vapor de mercúrio por lâmpadas de vapor de sódio, visando a melhoria da eficiência com redução de consumo no sistema de iluminação pública.



Os investimentos realizados com participação financeira e doações de clientes foram direcionados para expansão do sistema. Estes recursos e doações não representam saídas do caixa da Elektro, mas o investimento realizado compõe o ativo da empresa.

11. DESEMPENHO OPERACIONAL

11.1) Indicadores Técnicos

	Padrão	31.12.02		31.12.01	31.12.00	31.12.99	31.12.98
		s/ Blecaute	c/ Blecaute				
		s/ Vendaval	c/ Vendaval				
DEC—Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (horas)	10,20	9,56	11,97	9,56	9,86	9,41	10,96
FEC—Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (interrupções)	8,36	7,90	8,96	7,89	8,22	8,57	8,92
Perdas de Energia	-	7,02%		6,16%	6,33%	6,58%	7,07%

* Índices considerando os últimos 12 meses.

A prestação dos serviços e a qualidade do fornecimento de energia elétrica vêm demonstrando, no geral, contínua evolução desde a privatização da empresa e pleno cumprimento dos padrões estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e pelo contrato de concessão da Elektro.

Os valores apurados dos indicadores de performance da Elektro (DEC e FEC) em 2002 foram influenciados:

- ✓ pelo blecaute do Sistema Interligado Nacional - SIN, ocorrido em 21 de janeiro de 2002, que abrangeu as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste do país, decorrente de pane no sistema de transmissão da rede básica, sob responsabilidade do ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico; e
- ✓ por um atípico vendaval e tempestade, ocorridos em 7 de setembro, que resultou na maior quantidade de ocorrências de queda do fornecimento de energia elétrica na área de concessão da empresa em toda a sua história.

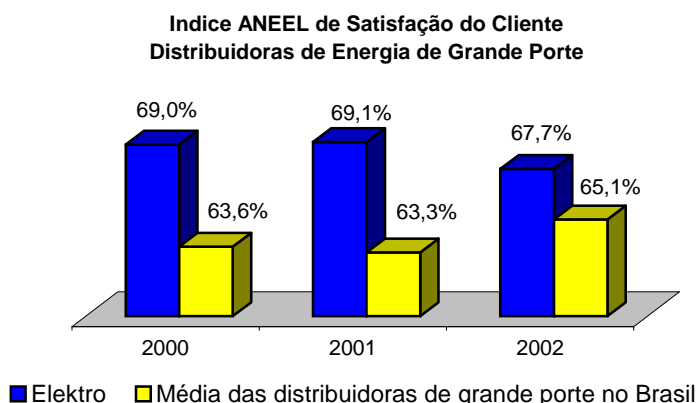
Expurgando-se estes eventos atípicos, atingir-se-iam os mesmos valores de 2001.

Estes resultados decorrem do programa de investimentos contínuos realizados nas redes de distribuição e subestações, que permitiram adequada performance operacional mesmo considerando-se, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, o aumento, no mês de novembro de 2002, de 70% a 120% na incidência de descargas atmosféricas de alta intensidade na área de concessão da Elektro, em relação ao ano de 2001.

Com relação às perdas de energia, o índice em 2002 apresentou elevação em relação aos valores anteriormente verificados devido a um aumento das perdas comerciais, ocorridas principalmente em função do racionamento de energia elétrica. A Elektro implantou, a partir de janeiro de 2003, plano de ação visando reduzir as perdas comerciais.

Como reflexo de seus investimentos e da evolução dos indicadores técnicos, a Elektro tem mantido posição de destaque entre as grandes distribuidoras de energia elétrica (distribuidoras com mais de 1 milhão de clientes) no que diz respeito à qualidade dos serviços prestados, conforme demonstrado pelo Índice ANEEL de Satisfação do Cliente (IASC), calculado através de pesquisa de satisfação no atendimento ao cliente realizada pelo Instituto Vox Populi:

- ✓ 2000: a Elektro foi considerada a melhor distribuidora de grande porte da região Sudeste e a melhor empresa privada de grande porte do Brasil (2ª entre as de grande porte na classificação geral);
- ✓ 2001: melhor distribuidora privada de grande porte do Brasil (4ª entre as de grande porte no cômputo geral);
- ✓ 2002, a Elektro repetiu a performance e foi considerada mais uma vez a melhor empresa privada de grande porte na distribuição de energia elétrica no Brasil, permanecendo como a 4ª entre as distribuidoras de grande porte no ranking geral.



12. RECURSOS HUMANOS

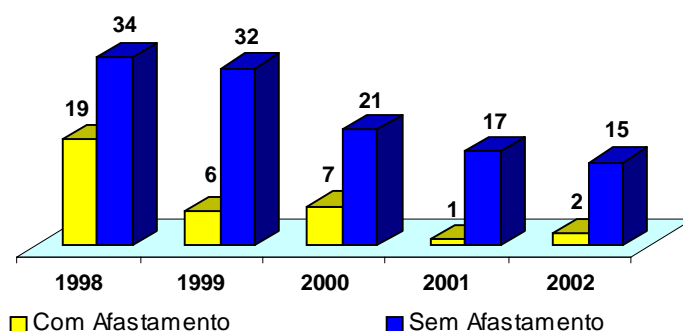
12.1) Segurança e Saúde

O desempenho operacional da Elektro é também reflexo do compromisso da empresa com segurança e saúde.

Em 2002, a Elektro foi reconhecida mais uma vez, através da **Medalha Eloy Chaves**, concedida pela Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica, pela melhor performance entre as empresas do setor elétrico nos indicadores de segurança, e do **Prêmio Fundação COGE 2002** pelo modelo de gestão integrada de saúde e segurança adotado pela empresa.

A Elektro implementou ainda a regionalização das CIPAS, que tiveram seu campo de atuação ampliado, englobando segurança, saúde e qualidade de vida, e promoveu o I Encontro de Gestão de Segurança Elektro e Empresas Prestadoras de Serviços, com o objetivo de estabelecer o mesmo padrão de segurança da Elektro nas empresas que a ela prestam serviços.

A evolução nos indicadores de segurança decorrem do esforço integrado da empresa, sindicatos e colaboradores:

Evolução do Número de Acidentes de Trabalho - 1998/2002

12.2) Treinamento

O desempenho operacional também reflete os investimentos em treinamento realizados pela empresa.

Ao longo de 2002, a Elektro investiu R\$ 1 milhão em treinamento e desenvolvimento de seus colaboradores, totalizando 144 mil horas de treinamento, um crescimento de 81% em relação a 2001. Em julho de 2002, foi concluído o Programa MBA Executivo, adaptado às necessidades da Elektro e que contou com 27 participantes. Uma nova turma foi iniciada em outubro de 2002.

13. PROGRAMAS SOCIAIS, INSTITUCIONAIS E BALANÇO SOCIAL

Anualmente, conforme estabelecido no Contrato de Concessão, a Elektro deve investir 1% de sua receita bruta em programas de conservação e eficientização de energia elétrica e em pesquisa e desenvolvimento.

A Elektro mantém também convênios e parcerias com universidades estaduais e federais e órgãos como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), tendo realizado investimentos em pesquisa e desenvolvimento da ordem de R\$ 3,6 milhões em 2002.

Entre os principais programas e ações sociais destacam-se os programas:

- ✓ **Luz de Baixa Renda – LBR**, destinado à ligação de residências urbanas de baixa renda, que beneficiou 3.250 clientes em 2002;
- ✓ **Procel nas Escolas**, programa que busca promover a conscientização do uso de energia elétrica, atingindo 80 mil alunos em 125 instituições de ensino;
- ✓ **Programa de Combate ao Desperdício de Energia**, que promoveu a doação de 190 mil lâmpadas compactas de 15W para clientes de baixa renda.

Foram desenvolvidas ainda ações sociais junto a entidades assistenciais e beneficentes, principalmente através de doação de energia elétrica.

A Elektro é certificada pela Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança como **Empresa Amiga da Criança**, desenvolvendo os programas:

- ✓ **Abrace uma Causa**, que objetiva a conscientização, entre os colaboradores da empresa, da importância do trabalho social voluntário;
- ✓ **Papel para Solidariedade**, projeto de coleta seletiva para reciclagem de papel em benefício da AACC - Associação Amiga das Crianças com Câncer;
- ✓ **Projeto Meninos Ecológicos**, ação de educação ambiental, com a participação direta de menores carentes, que visa ensinar e incentivar a produção de mudas e estimular o reflorestamento.

As contribuições da Elektro para a sociedade totalizaram R\$ 541,9 milhões em tributos e R\$ 14,0 milhões em ações sociais como doações de energia elétrica e programas de eletrificação rural e de eficientização energética.

Balanço Social *		2002				2001			
1.	Bases de Cálculo	R\$ mil				R\$ mil			
1.1	Receita Líquida (RL):	1.444.877				1.572.039			
1.2	Resultado Operacional (RO):	(754.904)				63.693			
1.3	Folha de Pagamento Bruta (FPB):	(126.030)				(128.446)			
1.4	Valor Adicionado Total (VAT):	1.311.393				1.091.690			
2.	Indicadores Sociais Internos	R\$ mil	% Sobre RL	% Sobre FPB	% Sobre VAT	R\$ mil	% Sobre RL	% Sobre FPB	% Sobre VAT
2.1	Alimentação:	6.460	0,45	5,13	0,49	6.161	0,39	4,80	0,56
2.2	Encargos Sociais Compulsórios:	27.352	1,89	21,70	2,09	24.995	1,59	19,46	2,29
2.3	Previdência Privada:	3.755	0,26	2,98	0,29	3.600	0,23	2,80	0,33
2.4	Saúde e Qualidade de Vida:	5.300	0,37	4,21	0,40	5.165	0,33	4,02	0,47
2.5	Segurança e Medicina do Trabalho:	64	0,00	0,05	0,00	63	0,00	0,05	0,01
2.6	Capacitação e Desenvolvimento:	1.334	0,09	1,06	0,10	1.220	0,08	0,95	0,11
2.7	Cultura/Comemorações:	514	0,04	0,41	0,04	74	0,00	0,06	0,01
2.8	Auxílio Creche:	92	0,01	0,07	0,01	91	0,01	0,07	0,01
2.9	Participação nos Lucros ou Resultados:	8.604	0,60	6,83	0,66	5.646	0,36	4,40	0,52
2.10	Esporte	148	0,01	0,12	0,01	24	0,00	0,02	0,00
	Total dos Indicadores Sociais Internos:	53.622	3,71	42,55	4,09	47.039	2,99	36,62	4,31
3.	Indicadores Sociais Externos	R\$ mil	% Sobre RL	% Sobre RO	% Sobre VAT	R\$ mil	% Sobre RL	% Sobre RO	% Sobre VAT
3.1	Capacitação e Desenvolvimento:	115	0,01	0,02	0,01	6	0,00	0,01	0,00
3.2	Cultura:	56	0,00	0,01	0,00	-	-	-	-
3.3	Campanhas/Folders:	300	0,02	0,04	0,02	290	0,02	0,46	0,03
3.4	Esporte	61	0,00	0,01	0,00	-	-	-	-
3.5	Doações (espécie):	-	-	-	-	12	0,00	0,02	0,00
3.6	Doações (energia elétrica):	2.369	0,16	0,31	0,18	1.989	0,13	3,12	0,18
3.7	Programa de Eletrificação Rural Luz da Terra e Luz do Campo:	3.477	0,24	0,46	0,27	2.420	0,15	3,80	0,22
3.8	Programa de Eficiência Energética:	7.589	0,53	1,01	0,58	6.400	0,41	10,05	0,59
	Total das Contribuições para a Sociedade:	13.967	0,97	1,85	1,07	11.117	0,71	17,45	1,02
3.9	Tributos (excluídos encargos sociais):	541.885	37,50	71,78	41,32	460.779	29,31	723,44	42,21
	Total - Indicadores Sociais Externos:	555.852	39,47	73,63	42,39	471.896	30,02	740,89	43,23
4.	Indicadores Ambientais	R\$ mil	% Sobre RL	% Sobre RO	% Sobre VAT	R\$ mil	% Sobre RL	% Sobre RO	% Sobre VAT
4.1	Relacionados com a operação da empresa:	103	0,01	0,01	0,01	140	0,01	0,22	0,01
4.2	Em programas e/ou projetos externos:	60	0,00	0,01	0,00	60	0,00	0,09	0,01
	Total dos Investimentos em Meio Ambiente:	163	0,01	0,02	0,01	200	0,01	0,31	0,02
		Não possui metas	Cumprido de 0 a 50%	Cumprido de 51 a 75%	Cumprido de 76 a 100%	Não possui metas	Cumprido de 0 a 50%	Cumprido de 51 a 75%	Cumprido de 76 a 100%
4.3	Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:				X				X
5.	Indicadores do Corpo Funcional	2002				2001			
5.1	Nº de empregados no final do período:	2.217				2.173			
5.2	Nº de admissões durante o período:	217				309			
5.3	Nº de empregados terceirizados:	768				730			
5.4	Nº de estagiários:	24				24			
5.5	Nº de empregados acima de 45 anos:	297				303			
5.6	Nº de portadores de deficiência:	422				428			
5.7	Nº de menores aprendizes:	44				49			
5.8	Nº de mulheres que trabalham na empresa:	315				274			
5.9	% de cargos de chefia ocupados por mulheres:	10%				10%			
5.10	% de cargos de chefia ocupados por negros:	0				0			
6.	Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial	2002				2001			
6.1	Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa:	10,68				11,49			
6.2	Número total de acidentes de trabalho:	17				18			
		Direção	Direção e gerências	Todos os empregados	Direção	Direção e gerências	Todos os empregados		
6.3	Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	X			X				
6.4	Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	X			X				
6.5	A previdência privada contempla:	X			X				
6.6	A participação nos lucros ou resultados contempla:	X			X				
		Não são considerados	São sugeridos	São exigidos	Não são considerados	São sugeridos	São exigidos		
6.7	Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	X			X				
		Não se envolve	Apóia	Organiza e incentiva	Não se envolve	Apóia	Organiza e incentiva		
6.8	Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	X			X				
		Não se envolve	Segue as normas da OIT	Incentiva e segue a OIT	Não se envolve	Segue as normas da OIT	Incentiva e segue a OIT		
6.9	Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores, a empresa:	X			X				
		Na empresa	No Procon	Na Justiça	Na empresa	No Procon	Na Justiça		
6.10	% total de reclamações e críticas de consumidores sobre o total de clientes:	3,29	0,02	0,02	3,72	0,01	0,02		
6.11	% de reclamações e críticas solucionadas:	100,00	100,00	0,29	100,00	100,00	45,52		
7.	Outras Informações	2002				2001			
7.1	Nº de Entidades beneficiadas (através de empregados):	95				95			
7.2	Nº de Entidades beneficiadas (diretamente pela empresa):	495				426			
7.3	Nº de cidades beneficiadas:	114				101			
7.4	% Empregados envolvidos voluntariamente em atividades sociais:	53%				44%			
7.5	Centro de Cultura, Desenvolvimento e Lazer:	1				0			

*Divulgação conforme Ofício Circular 155/2003 SFF/ANEEL e preparado com base na metodologia desenvolvida pelo Instituto Brasileiro Análises Sociais e Econômicas - Ibase

14. INFORMAÇÕES SOBRE SERVIÇOS DA EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE NA ELEKTRO

A *PricewaterhouseCoopers* é empresa que presta serviços de auditoria independente para a Elektro. O valor total do contrato da *PricewaterhouseCoopers* com a Elektro é de R\$ 531,5 mil / ano e tem validade de 2 anos, referentes aos exercícios de 2001 e 2002. Adicionalmente, a Elektro celebrou contrato de Assessoria Fiscal com *PricewaterhouseCoopers* em 25 de abril de 2002, com validade de 1 ano, no valor de R\$ 60 mil, representando cerca de 11% do valor total do contrato de auditoria. A Elektro, através do contrato de Assessoria Fiscal, efetua consultas à *PricewaterhouseCoopers* sobre os impactos nos resultados da empresa da legislação fiscal e tributária em vigor e suas respectivas modificações.

15. PERSPECTIVAS

Para 2003, estão previstos investimentos de R\$ 138 milhões que visam aprimorar ainda mais a qualidade nos serviços prestados e consolidar a a posição da Elektro como uma das melhores empresas do setor.

A definição da metodologia da revisão tarifária ordinária das tarifas de fornecimento, que deve abranger pontos relevantes como a base e a taxa de remuneração dos investimentos, bem como o comportamento das taxas de câmbio, serão determinantes para os resultados da Elektro em 2003.

Em março de 2003, dando continuidade ao seu processo de reorganização, o Conselho de Administração da Enron anunciou a decisão, endossado pelo Comitê de Credores, de propor a criação de um empresa de gasodutos e ativos relacionados localizados nos Estados Unidos, inicialmente denominada de PipeCo. As ações desta nova empresa deverão ser distribuídas aos credores da Enron Corp. e sua aprovação está ainda sujeita a várias outras aprovações.

As alternativas para os ativos internacionais da Enron continuam em processo de avaliação, com a expectativa de se apresentar uma proposta ao Conselho de Administração da Enron para a constituição de uma nova empresa, inicialmente denominada de InternationalCo, composta das participações da Enron em alguns dos ativos internacionais.

Se a proposta for aprovada, a criação da InternationalCo. deverá seguir um processo semelhante ao da criação da PipeCo. e suas ações também serão distribuídas para os credores da Enron Corp. A Elektro faz parte dos ativos que podem ser incluídos na InternationalCo.

Em geral, o grande desafio do setor elétrico constitui-se no desenvolvimento e consolidação de um ambiente regulatório que tenha regras claras e bem definidas a fim de incentivar e assegurar a realização de investimentos em geração, transmissão e distribuição de energia, tão necessários para o desenvolvimento sustentado do país

Agradecemos a colaboração e confiança demonstradas por nossos clientes, fornecedores, instituições financeiras, órgãos governamentais, acionistas e, em especial, por nossos colaboradores.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 31 DE DEZEMBRO DE 2001
(Em Milhares de Reais)

	2002	2001 RECLASSIFICADO(*)
Ativo e passivo a descoberto		
Circulante		
Disponível		
Bancos	17.216	18.936
Aplicações financeiras (vide nota 6).....	155.082	-
	<u>172.298</u>	<u>18.936</u>
Créditos, valores e bens realizáveis		
Consumidores e fornecedores (vide nota 7).....	454.965	351.400
Custos a recuperar-programa de racionamento de energia elétrica (vide nota 8)..	-	11.786
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (vide nota 9).....	(33.800)	(24.003)
Recuperação das perdas de receita decorrentes do racionamento (vide nota 10)....	67.355	69.872
Energia livre (vide nota 11).....	32.176	-
Adiantado	2.033	2.161
Adiantamentos a fornecedores	3.306	2.926
Tributos a cobrar.....	12.842	11.701
Despesas pagas antecipadamente:		
Conta de com pensação de variações dos itens da Parcela A -CVA (vide nota 12).	5.480	17.386
Outras despesas pagas antecipadamente	1.341	1.357
Outros créditos (vide nota 13)	10.763	16.817
	<u>556.461</u>	<u>461.403</u>
	<u>728.759</u>	<u>480.339</u>
Realizável a Longo Prazo		
Créditos, valores e bens realizáveis		
Parcelamento de débito de contas de energia (vide nota 7).....	21.758	10.058
Custos a recuperar-programa de racionamento de energia elétrica (vide nota 14)	9.836	7.999
Recuperação das perdas de receita decorrentes do racionamento (vide nota 10)...	106.645	139.744
Energia livre (vide nota 11)	69.714	108.848
Conta de com pensação de variações de itens da Parcela A -CVA (vide nota 12)....	143.399	83.396
Créditos fiscais diferidos (vide nota 33)	-	174.663
Outros	1.727	784
	<u>353.079</u>	<u>525.492</u>
Permanente		
Investimentos (vide nota 15.1).....	10.109	8.915
Imobilizado (vide nota 15.2)		
Em serviço	1.958.056	1.822.957
Depreciação acumulada	(830.114)	(748.937)
	<u>1.127.942</u>	<u>1.074.020</u>
Ágio pela Incorporação da Ternaço Participações Ltda	883.653	914.026
Em curso	62.628	85.119
	<u>2.074.223</u>	<u>2.073.165</u>
Diferido (vide nota 15.2).....	84.714	127.163
	<u>2.169.046</u>	<u>2.209.243</u>
Passivo a descoberto	291.606	-
Total do ativo e passivo a descoberto	<u>3.542.490</u>	<u>3.215.074</u>

(*)Reclassificação do ágio – expectativa de rentabilidade futura do ativo diferido para o Imobilizado realizado em 2002 (vide nota 15.2).

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 31 DE DEZEMBRO DE 2001
(Em Milhares de Reais)

	2002	2001
Passivo e Patrimônio Líquido		
Circulante		
Fornecedores (vide nota 16).....	17.745	13.793
Supridores de energia elétrica (vide nota 16).....	178.107	206.699
Energia livre (vide nota 11).....	31.001	-
Tributos a recolher (vide nota 17).....	57.148	46.853
Empréstimos e financiamentos (vide nota 22).....	90.975	66.270
Contas a pagar - acionistas (vide nota 24).....	492	420
Debêntures (vide nota 21).....	1.338	1.050
Dívidas com pessoas ligadas (vide nota 23).....	-	8.353
Encargos do consumidor(vide nota 18).....	13.399	10.387
Salários e contribuições sociais.....	26.879	24.256
Empréstimo compulsório - ELETROBRÁS.....	8.079	10.715
Provisão para contingências (vide nota 19).....	65.659	48.220
Outros (vide nota 20).....	12.371	26.643
	503.193	463.659
Exigível a longo prazo		
Tributos a recolher (vide nota 17).....	13.016	-
Debêntures (vide nota 21).....	18.326	14.375
Empréstimos e financiamentos (vide nota 22).....	263.565	141.076
Contas a pagar - acionistas (vide nota 24).....	518.208	518.699
Dívidas com pessoas ligadas (vide nota 23).....	1.971.515	1.149.434
Energia livre (vide nota 11).....	67.169	104.875
Plano de pensão (vide nota 35).....	3.712	8.434
Outros	618	128
	2.856.129	1.937.021
Obrigações especiais	183.168	166.222
	3.039.297	2.103.243
Patrimônio líquido		
Capital social (vide nota 26.1).....	969.455	969.455
Reservas de capital.....	14.058	14.058
Prejuízos acumulados(vide nota 26.2).....	(1.275.119)	(335.341)
	(291.606)	648.172
Passivo a descoberto.....	291.606	-
Total do Passivo e Patrimônio Líquido.....	3.542.490	3.215.074

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FUNDOS
EM 31 DE DEZEMBRO 2002 E 2001
 (Em Milhares de Reais)

	2002	2001 RECLASSIFICADO(*)
Receitas operacionais		
Clientes finais - fornecimento de energia (vide nota 27).....	1 878 368	1 546 422
Suprimento de energia (vide nota 27).....	49 183	130 231
Energia livre	(6 958)	108 848
Recuperação das perdas de receita do racionamento (vide nota 10).....	9 569	209 616
Encargos de capacidade em emergência (vide nota 27).....	39 071	-
Outras receitas	22 058	19 420
	<u>1 991 291</u>	<u>2 014 537</u>
Deduções às receitas operacionais		
Quota para a reserva global de reversão -RGR	(19 817)	(20 014)
Quota para a conta consumo com bustível -CCC	(81 549)	(79 855)
Repasse de encargos de capacidade em emergência.....	(37 191)	-
ICMS sobre fornecimento	(334 991)	(268 442)
COFINS	(59 742)	(60 901)
PIS	(13 053)	(13 195)
ISS	(71)	(91)
	<u>(546 414)</u>	<u>(442 498)</u>
Receitas operacionais líquidas	<u>1 444 877</u>	<u>1 572 039</u>
Despesas operacionais		
Pessoal (vide nota 28).....	(98 410)	(101 352)
Materiais	(14 083)	(11 275)
Serviços de terceiros	(53 221)	(46 117)
Energia com prada para revenda (vide nota 29).....	(952 542)	(770 580)
Energia Livre	6 704	(104 875)
Depreciação e outras amortizações (*).....	(95 606)	(90 107)
Amortização do ágio (vide nota 15.2) (*).....	(25 294)	(120 060)
Outras (vide nota 30).....	(75 082)	(52 658)
	<u>(1 307 534)</u>	<u>(1 297 024)</u>
Resultado do serviço	<u>137 343</u>	<u>275 015</u>
Resultado de participações societárias	<u>1 898</u>	<u>1 939</u>
Resultado financeiro (vide nota 31)	<u>(894 145)</u>	<u>(213 261)</u>
Resultado operacional	<u>(754 904)</u>	<u>63 693</u>
Resultado não operacional (vide nota 32).....	<u>(10 211)</u>	<u>(11 555)</u>
(Prejuízo) / lucro antes da contribuição social e do imposto de renda ..	<u>(765 115)</u>	<u>52 138</u>
Imposto de renda diferido (vide nota 33).....	(132 457)	(15 843)
Contribuição social diferida (vide nota 33).....	(42 206)	(10 879)
(Prejuízo) / lucro líquido do exercício	<u>(939 778)</u>	<u>25 416</u>
(Prejuízo) / lucro líquido do exercício por lote de milhões - R\$	<u>(6,82)</u>	<u>0,18</u>

(*) Segregação das despesas de depreciação/amortização e amortização do ágio.

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
 PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001
 (Em Milhares de Reais)**

	2002	2001 RECLASSIFICADO(*)
Origens dos recursos		
Das operações		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(939.778)	25.416
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante		
Recuperação das perdas de receita de contantes do racionam ento....	9.569	(139.744)
Conta de compensação dos itens da parcela A	(45.157)	(83.396)
Resultado da equivalência patrimonial.....	(1.898)	(1.939)
Depreciação e outras amortizações (*).....	95.693	90.107
Amortização do ágio (*).....	25.294	120.060
Valor residual do ativo permanente baixado.....	16.596	32.121
Juros e variações de longo prazo.....	851.308	210.859
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	174.663	26.722
	186.290	280.206
De terceiros		
Transferências de perdas do racionam ento para ativo circulante	67.061	-
Ingressos de recursos no exigível a longo prazo:		
Em empréstimos e financiamentos.....	183.392	45.564
Tributos a receber	15.930	-
Demais contas a pagar.....	492	-
	266.875	45.564
Total dos recursos obtidos	453.165	325.770
Aplicações de recursos		
No realizável a longo prazo		
Parcelamento de contas de energia	11.700	5.570
Custos a recuperar - programa de racionam ento de energia elétrica	1.837	7.999
PIS e Cofins sobre Energia Livre	(254)	3.973
Demais contas a receber.....	944	-
	14.227	17.542
No ativo permanente		
Investimentos	-	14.124
Imobilizado	114.145	120.623
	114.145	134.747
Portransferências do exigível a longo prazo para o circulante	107.395	9.773
Redução do exigível a longo prazo:		
Pessoas ligadas	-	106.204
Contas a pagaracionistas	-	157.521
Em empréstimos e financiamentos	3.789	8.027
Plano de pensão	4.723	-
	8.512	271.752
Total das aplicações	244.279	433.814
Aumento (diminuição) no capital circulante líquido	208.886	(108.044)
Ativo circulante		
No início do exercício	480.339	390.147
No fim do exercício.....	728.759	480.339
	248.420	90.192
Passivo circulante		
No início do exercício	463.659	265.423
No fim do exercício.....	503.193	463.659
	39.534	198.236
Aumento (diminuição) no capital circulante líquido.....	208.886	(108.044)

(*) Segregação das despesas de depreciação/amortização do ativo imobilizado e amortização do ágio.

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)
PARA OS EXERCÍCIOS FUNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001
(Em Milhares de Reais)

	Capital Social subscrito e integralizado	Reserva de Capital	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2000	969.455	690.279	(355.107)	1.304.627
Contas a pagar-acionistas resgate de ações (vide nota 24).....	-	(676.221)	-	(676.221)
Ajuste de exercício anterior-Deliberação CVM 371:				
Passivo atuarial.....	-	-	(8.434)	(8.434)
In posto de renda e contrib.socialdiferidos s/passivo atuarial.	-	-	2.784	2.784
Lucro líquido do exercício	-	-	25.416	25.416
Saldo em 31 de dezembro de 2001	969.455	14.058	(335.341)	648.172
Prejuízo do exercício (vide nota 26.2).....	-	-	(939.778)	(939.778)
Saldo em 31 de dezembro de 2002	969.455	14.058	(1.275.119)	(291.606)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001****1. CONTEXTO OPERACIONAL****1.1. OPERAÇÃO**

A Elektro Eletricidade e Serviços S.A., concessionária de serviço público, atua na distribuição de energia elétrica em 228 municípios, dos quais 223 no Estado de São Paulo e 5 no Estado de Mato Grosso do Sul.

O contrato de concessão da Elektro foi assinado em 27 de agosto de 1998, com prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado, por requerimento da concessionária e a critério da ANEEL, por prazo adicional de, no máximo, 30 anos.

Os negócios da Sociedade, incluindo os serviços que presta e tarifas cobradas são, em geral, regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

1.2. REORGANIZAÇÃO DA ENRON

Em 2 de dezembro de 2001, a Enron Corp, controladora indireta da Elektro, iniciou um processo de reorganização nos Estados Unidos com base no Capítulo 11 da Lei de Falências ("Chapter 11 of the U.S. Bankruptcy Code") daquele país.

Em 3 de maio de 2002, a administração da Enron Corp. apresentou ao "Enron Official Unsecured Creditors Committee" (Comitê de Credores) um plano que contempla a criação de uma nova empresa independente, denominada inicialmente de OpCo Energy Company ("Opco"), da qual a Elektro faria parte. Esta empresa seria separada dos ativos da Enron que ficariam sob o processo do Chapter 11 e seria operada como uma nova empresa de energia e gasodutos.

Em 27 de agosto de 2002, a Enron Corp. divulgou comunicado ao mercado informando sobre o início de um processo formal de venda de participações societárias de seus ativos mais relevantes, entre eles a Elektro. A Enron Corp. se resguardava o direito de não vender quaisquer dos ativos caso as ofertas apresentadas não correspondessem às expectativas de valor desses ativos.

Posteriormente, a Enron Corp. recebeu várias indicações de interesse e propostas para a maioria destes ativos. Estas propostas foram avaliadas e comparadas às estimativas de valor real de cada um deles num horizonte de longo prazo e aos benefícios que poderiam trazer aos credores. Em 19 de março de 2003 foi anunciada a decisão do Conselho da Administração da Enron Corp., endossada pelo Comitê de Credores, de propor a criação de uma nova empresa denominada inicialmente de PipeCo.

A PipeCo deverá incluir gasodutos e ativos relacionados localizados nos Estados Unidos da América. Suas ações deverão ser distribuídas aos credores da Enron Corp. e sua criação ainda está sujeita a várias outras aprovações, incluindo do Conselho de Administração da Enron, corte de falências e órgãos reguladores.

As alternativas para os ativos internacionais da Enron continuam em processo de avaliação, com a expectativa de se apresentar uma proposta ao Conselho da Enron para a constituição de uma nova empresa, inicialmente denominada de InternationalCo, composta das participações da Enron em alguns dos ativos internacionais.

Se a proposta for aprovada, a criação desta nova empresa deverá seguir um processo semelhante ao da criação da PipeCo e suas ações também serão distribuídas para os credores da Enron Corp. A Elektro faz parte dos ativos que podem ser incluídos na InternationalCo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas adotando-se as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, disposições da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, normas da legislação específica aplicáveis às concessionárias de energia elétrica, assim como orientações específicas do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON.

De acordo com determinação do Conselho Federal de Contabilidade (Resolução CFC nº 847/99), o patrimônio líquido negativo deve ser apresentado no ativo como passivo a descoberto. Desta forma, as Demonstrações Contábeis de 2002 aqui apresentadas estão sendo publicadas nos moldes dessa resolução do CFC.

A ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo através da Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, que contém: o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas e financeiras. As normas contidas no referido manual foram aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2002.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Práticas contábeis específicas

a. Juros, encargos financeiros e efeitos inflacionários

Em função do disposto na instrução contábil nº 6.3.10 – Imobilizado item 4, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativamente aos financiamentos obtidos de terceiros efetivamente aplicados nas obras em andamento, estão registrados no imobilizado em curso.

b. Custos indiretos de obras em andamento

São apropriados mensalmente às imobilizações em curso mediante rateio dos gastos administrativos. Até o exercício de 2001, essa transferência era limitada em até 10% dos gastos diretos com pessoal e mão-de-obra de terceiros registrados nas ordens em curso.

c. Conta de Compensação de Variações de Valores de Itens da Parcela A - CVA

Em conformidade com as Resoluções ANEEL nºs 491 a 495, de 20 de novembro de 2001, nº 72, de 7 de fevereiro de 2002 e nº 89, de 18 de fevereiro de 2002, a Sociedade passou a reconhecer os efeitos econômicos e financeiros das variações dos valores referentes à Parcela A, tais como classificados no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica (vide nota 12).

3.2. Práticas contábeis gerais

a. Disponibilidades

O saldo inclui aplicações financeiras que são registradas ao custo acrescido de juros e das variações das taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI ou das variações das taxas do dólar norte americano, até 31 de dezembro de 2002.

b. Consumidores

As contas a receber incluem os valores referentes ao fornecimento de energia elétrica faturados e a receita referente à energia elétrica fornecida e não faturada.

c. Operações no Mercado Atacadista de Energia - MAE

As operações de compra e venda de energia elétrica realizadas no Mercado Atacadista de Energia - MAE e os Encargos de Serviços de Sistema - ESS, são contabilizadas com base em relatórios disponibilizados pelo MAE e por estimativa elaborada pela administração.

d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobertura de eventuais perdas com as contas a receber e em conformidade com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001.

e. Almoxxarifados

Os materiais em almoxxarifado são avaliados pelo custo médio de aquisição, acrescido dos gastos de manutenção e aferição, e classificados em razão da sua aplicação em obras em curso no ativo permanente ou no ativo circulante, quando para manutenção.

f. Investimento

O investimento na controlada Terraco Investments Ltd., com sede no exterior, é registrado pelo método da equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis da empresa controlada são convertidas pela taxa do dólar norte-americano na data do balanço. A controlada adota práticas contábeis consistentes com as da controladora.

g. Ativo Imobilizado**Imobilizado**

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção acrescido de encargos financeiros, variações monetárias dos empréstimos e financiamentos vinculados ao período de sua formação, deduzido da depreciação acumulada.

A depreciação é calculada pelo método linear, pelas taxas indicadas na nota 15.2.

Ágio na incorporação da controladora Terraço Participações Ltda.

A parcela do ágio referente à mais valia do imobilizado, é amortizada em 20 anos, pelo prazo médio de vida útil do imobilizado, conforme nota 15.2.

Para atender aos Ofícios ANEEL 936-SFF/ANEEL e 1010-SFF/ANEEL, de, respectivamente, 24 de setembro de 2002 e 17 de outubro de 2002, o ágio – expectativa de rentabilidade futura, foi reclassificado do ativo diferido para o imobilizado – intangível. A CVM através do Ofício 147/03, de 14 de março de 2003 manifestou sua concordância quanto a essa reclassificação.

A parcela do ágio referente à expectativa de rentabilidade futura foi amortizada à taxa de 10% a.a., de janeiro de 1999 a dezembro de 2001. A taxa de amortização do ágio aplicada no exercício de 2002 é baseada no Ofício nº 393/2003-SFF/ANEEL, de 20 de março de 2003, conforme detalhado na nota 15.2.

h. Diferido

A Sociedade optou pelo diferimento das variações cambiais decorrentes dos ajustes dos valores em reais de obrigações e créditos em moeda estrangeira, registradas no exercício de 2001, em conformidade com as Deliberações CVM nº 404, de 27 de setembro de 2001 e nº 409, de 1º de novembro de 2001. A amortização é calculada pelo método linear em 4 anos a partir do exercício de 2001 ou proporcional à liquidação das obrigações ou créditos em moeda estrangeira. (vide nota 15.2).

i. Ativos e passivos vinculados à moedas estrangeiras ou sujeitos à atualização monetária

Estão atualizados com base na cotação das respectivas moedas nas datas de encerramento do balanço ou com base nos índices previstos contratualmente.

j. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os efeitos do imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças intertemporais estão registrados nas demonstrações contábeis, observando-se as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 (vide nota 33).

k. Plano de pensão

A Sociedade contabiliza o ajuste do compromisso atuarial referente ao Fundo de Pensão dos Empregados em decorrência da aplicação do pronunciamento IBRACON NPC 26 – “Contabilização de benefícios a empregados”, aprovado pela CVM através da Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000 (vide nota 35).

l. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

m. Lucro/(prejuízo) por ação

É calculado com base no número de ações em circulação na data do balanço.

n. Fluxo de caixa

Elaborado de acordo com a Norma e Procedimento de Contabilidade – NPC 20 do IBRACON e em atendimento ao Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e tem por finalidade de apresentar as entradas e saídas de caixa da companhia no exercício.

o. Demonstração do valor adicionado

Elaborado de acordo com o Ofício Circular CVM nº 01/00 e em atendimento ao Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e tem por finalidade apresentar o resultado do exercício do ponto de vista de geração e distribuição de riquezas da companhia.

p. Demonstração dos resultados segregado por atividade

Elaborado de acordo com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e tem por finalidade apresentar o resultado segregando a atividade de distribuição e as atividades não vinculadas ao serviço concedido.

4. PROGRAMA DE RACIONAMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

O Governo Federal instituiu, a partir de 1º de junho de 2001, sob a coordenação da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (GCE), o Programa de Racionamento de Energia Elétrica, que vigorou até 28 de fevereiro de 2002.

Esse programa estabeleceu um sistema de metas para a redução do consumo de energia para todas as classes de consumidores.

No período de 1º de janeiro a 28 de fevereiro de 2002, comparado a igual período de 2001, verificou-se uma redução de 15,4% no consumo de energia elétrica dos clientes finais na área de concessão da Elektro.

A redução total do consumo dos clientes finais, alcançada na área de concessão da Elektro, durante o período do Programa de Racionamento de Energia Elétrica, foi de 20,8%.

5. ACORDO GERAL DO SETOR ELÉTRICO

Em dezembro de 2001, a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (GCE), as distribuidoras e as geradoras de energia concluíram negociações visando a recomposição das perdas de receita decorrentes do Programa de Racionamento de Energia Elétrica, sendo assinado o Acordo Geral do Setor Elétrico em 4 de julho de 2002.

A Lei 10.438, que reflete as condições gerais estabelecidas nas negociações setoriais, foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República em 26 de abril de 2002.

A Resolução nº 91 da GCE e Resolução nº 635 da ANEEL, ambas publicadas em 21 de dezembro de 2001, determinaram a Recomposição Tarifária Extraordinária, em vigor a partir de 27 de dezembro de 2001, visando a recuperação das perdas de receita decorrentes do Programa de Racionamento de Energia Elétrica, da Energia Livre e da variação dos valores de itens da Parcela A.

Os reflexos deste acordo estão reconhecidos e demonstrados nas seguintes notas explicativas:

- Nota 8 - Custos a reembolsar - Programa de Racionamento de Energia Elétrica;
- Nota 10 - Recuperação das perdas de receita decorrentes do Programa de Racionamento de Energia Elétrica;
- Nota 11 - Energia Livre;
- Nota 12 - Conta de Compensação de Variações de Valores de Itens da Parcela A – CVA; e
- Nota 14 - Custos a recuperar - Programa de Racionamento de Energia Elétrica.

Face à adesão da Elektro aos termos do Acordo Geral do Setor Elétrico, a Sociedade renunciou a um valor estimado equivalente a R\$ 146.634 mil, em valores de 31 de dezembro de 2002, referente aos aumentos de custos não controláveis incorridos entre os exercícios de 1998 e 2001, e que vinham sendo pleiteados junto à ANEEL através de ações administrativas e legais cabíveis.

Como parte do acordo do setor, a Sociedade não poderá reivindicar revisão tarifária extraordinária relativa a aumento de custos não controláveis, encargos e impostos ocorridos desde a data da assinatura do contrato de concessão até o dia 31 de dezembro de 2001.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Vencimentos			
Saldos em 31/12/2002			
Ano	CDB/CDI*	Fundos**	R\$ mil
2003	-	47.583	47.583
2004	75.160	12.086	87.246
2005	12.195	8.058	20.253
	87.355	67.727	155.082

* Os Certificados de Depósito Bancário - CDB estão indexados quase na sua totalidade à variação de 100% a 103% a.a. das taxas diárias dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

** São fundos de renda fixa de curto prazo, cuja composição da carteira é:

- 59% de Títulos Públicos Federais indexados à variação do dólar norte americano mais juros de 21,5% a.a.;
- 30% de CDB indexados à variação de 100% a 103% do CDI;
- 11% de Títulos Públicos Federais com rentabilidade de 99,4% do CDI

O cronograma acima refere-se às datas de vencimentos dos papéis. Os valores registrados em aplicações financeiras estão compatíveis com o valor de mercado dos mesmos, podendo ser resgatados a qualquer momento.

7. CONTAS A RECEBER – CONSUMIDORES E SUPRIDORES

Classes	R\$ mil								
	Nº Total de (*) Consumidores	2002			2001			TOTAL	TOTAL
		Vencidos		A Vencer	C Prazo	L Prazo	TOTAL		
		até 90 dias	(+) 90 dias						
Residencial.....	1.518.939	22.055	6.125	37.652	65.832	-	65.832	41.256	
Industrial.....	24.422	6.767	9.270	11.021	27.058	-	27.058	25.795	
Comercial.....	123.461	7.005	2.454	10.947	20.406	-	20.406	14.008	
Rural.....	85.567	1.855	512	4.409	6.776	-	6.776	4.345	
Poder Público.....	13.308	1.018	695	4.543	6.256	-	6.256	5.971	
Iluminação Pública.....	1.471	4.363	3.941	3.398	11.702	-	11.702	9.632	
Serviço Público.....	2.035	1.160	433	2.887	4.480	-	4.480	4.020	
Parcelamentos débitos.....	-	1.728	8.145	12.333	22.206	21.758	43.964	33.039	
Rendas não faturadas.....	-	-	-	121.761	121.761	-	121.761	73.136	
(-) Anecadação em processo de classificação...	-	-	-	(4.283)	(4.283)	-	(4.283)	(1.464)	
Total de consumidores.....	1.769.203	45.951	31.575	204.668	282.194	21.758	303.952	209.738	
Supridores :									
Mercado atacadista de energia - MAE									
Venda de energia.....	-	-	-	142.661	142.661	-	142.661	143.093	
Recompra de contratos iniciais.....	-	-	-	28.590	28.590	-	28.590	-	
	-	-	-	171.251	171.251	-	171.251	143.093	
Contratos bilaterais.....	-	-	-	1.520	1.520	-	1.520	8.627	
Total de supridores.....	-	-	-	172.771	172.771	-	172.771	151.720	
Total de consumidores e supridores.....	1.769.203	45.951	31.575	377.439	454.965	21.758	476.723	361.458	

(*) Não auditado pelos auditores independentes

Com relação às transações efetuadas no âmbito do MAE, o montante a receber de R\$ 141.768 mil refere-se às compras e vendas de energia ocorridas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 e R\$ 29.484 mil referem-se à recompra de contratos iniciais no período de março de 2002 a dezembro de 2002.

Do total de R\$ 171.251 mil a receber do MAE, R\$ 63.804 mil correspondente a 50% dos valores contabilizados no período de setembro de 2000 a setembro de 2002 (líquidos do ESS – encargos de serviços de sistema R\$ 16.141 mil), foram liquidados em 30 de dezembro de 2002, em conformidade com a Resolução ANEEL nº 763, de 20 de dezembro de 2002 e relatórios disponibilizados pelo MAE, sendo que desse montante, R\$ 44.323 mil foram recebidos até fevereiro de 2003. Com relação a parcela não recebida, a Elektro vem adotando as medidas negociais e legais cabíveis visando o seu recebimento, não havendo expectativa de não realização da mesma.

Conforme previsto na resolução citada acima, o saldo remanescente correspondente aos 50% não liquidados, será liquidado após auditoria no Mercado Atacadista de Energia – MAE, previsto para se realizar ainda em 2003.

8. CUSTOS A RECUPERAR - PROGRAMA DE RACIONAMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

O saldo de R\$ 11.786 mil, em 31 de dezembro de 2001, representa a diferença entre os valores concedidos de bônus (R\$ 30.827 mil) aos clientes que consumiram abaixo da meta de economia estabelecida e os valores cobrados dos clientes (R\$ 19.041 mil) que consumiram acima da meta estabelecida (acréscimo à tarifa ANEEL), contabilizados em conformidade com a Resolução ANEEL nº 299, de 27 de julho de 2001.

No exercício de 2002 foi registrado adicionalmente o valor de R\$ 14.039 mil, que representa a diferença entre os valores concedidos de bônus (R\$ 19.775 mil) aos clientes que consumiram abaixo da meta de economia estabelecida e os valores cobrados dos clientes (R\$ 5.736 mil) que consumiram acima da meta estabelecida.

O valor total de R\$ 25.825 mil foi integralmente pago pelo Ministério das Minas e Energia no decorrer do exercício de 2002.

9. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A Elektro reconheceu como provisão para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2002, o montante de R\$ 33.800 mil (R\$ 24.003 mil em 2001), montante este julgado suficiente pela Administração para cobertura de prováveis perdas.

Tipos de créditos	Valores em R\$ mil	
	2002	2001
Residencial.....	7.863	6.819
Industrial.....	6.906	4.820
Comercial.....	2.194	1.764
Rural.....	326	149
Poder público (federal, estadual e municipal)....	387	1.688
Iluminação pública.....	5.630	4.801
Parcelamento Prefeitura Municipal.....	8.753	3.962
Parcelamento privado.....	1.741	-
Total.....	33.800	24.003

A principal alteração em relação aos critérios adotados no exercício de 2001, foi a inclusão das contas a receber de órgãos do poder público, notadamente municipal e iluminação pública, julgadas de difícil recebimento. Este critério está previsto no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001.

10. RECUPERAÇÃO DAS PERDAS DE RECEITA DECORRENTES DO RACIONAMENTO

A metodologia de apuração dos valores a serem recuperados a título de perdas de receita decorrentes do Programa de Racionamento de Energia Elétrica foi regulamentada através da Resolução ANEEL nº 31, de 24 de janeiro de 2002, e sua contabilização foi realizada conforme o estabelecido pela ANEEL através da Resolução nº 72, de 7 de fevereiro de 2002.

A ANEEL, através das Resoluções nºs 480 e 481, de 29 de agosto de 2002, homologou o montante de R\$ 180.069 mil referente aos valores de perdas de receita decorrentes do Programa de Racionamento de Energia Elétrica para o período de junho de 2001 a dezembro de 2001 e o valor de R\$ 39.117 mil para o período de janeiro a fevereiro de 2002, totalizando R\$ 219.185 mil. A composição dos valores é a seguinte:

Descrição	2002 R\$ mil
Perdas de receita decorrentes do racionamento em 31/12/2001.....	209.616
Ajuste líquido no resultado de 2002, decorrentes dos valores homologados através das Resoluções ANEEL 480 e 481.....	9.569
Total das perdas de receita decorrentes do racionamento.....	219.185
Atualização do exercício pela taxa Selic até 31/12/2002.....	34.409
	<hr/> 253.594
Amortização do exercício.....	(79.595)
Saldo do Curto Prazo.....	67.355
Saldo do Longo Prazo.....	106.645
Saldo líquido em 31/12/2002.....	173.999

O saldo das perdas de receita decorrentes do Programa de Racionamento de Energia Elétrica está sendo amortizado através da Recomposição Tarifária Extraordinária, que entrou em vigor a partir de 27 de dezembro de 2001 (Resolução ANEEL nº 635, de 21 de dezembro de 2001). Essa amortização teve início em janeiro de 2002, tendo seu término estimado pela sociedade em novembro de 2005. Até 31 de dezembro de 2002, foram amortizados R\$ 79.595 mil.

Do valor referente às perdas de receita decorrentes do Programa de Racionamento de Energia Elétrica no período de junho de 2001 a fevereiro de 2002 homologado pela ANEEL (R\$ 219.184 mil), o equivalente a 90% deste montante (R\$ 197.266 mil) foi financiado pelo BNDES (vide nota 22).

As liberações ocorreram conforme segue:

- 1ª tranche - R\$ 78.468 mil em fevereiro de 2002;
- 2ª tranche - R\$ 83.594 mil em setembro de 2002;
- 3ª tranche - R\$ 35.204 mil em novembro de 2002.

11. ENERGIA LIVRE

Conforme estabelecido na Lei 10.438/2002 e homologado pela ANEEL através da Resolução nº 483, de 29 de agosto de 2002, a Sociedade registrou contabilmente o saldo a receber de R\$ 101.890 mil (R\$ 32.176 mil no ativo circulante e R\$ 69.714 mil no realizável a longo prazo), e a pagar de R\$ 98.170 mil (R\$ 31.001 mil no passivo circulante e R\$ 67.169 mil no exigível a longo prazo), líquido do PIS e COFINS.

Através da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE, em vigor a partir de 27 de dezembro de 2001, conforme Resolução ANEEL nº 635, de 21 de dezembro de 2001, o montante de Energia Livre será recuperado a partir de fevereiro de 2003 e tem seu término estimado pela sociedade em março de 2006, através do repasse às geradoras do valor correspondente a 36,186% do valor da RTE arrecadado mensalmente, em conformidade à Resolução ANEEL nº 89, de 25 de fevereiro de 2003.

12. CONTA DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES DE VALORES DE ITENS DA PARCELA A-CVA

O saldo de R\$ 148.879 mil, existente em 31 de dezembro de 2002, demonstrado no quadro abaixo, refere-se ao reconhecimento dos efeitos econômicos e financeiros das variações dos custos da Parcela A e CVA, previsto no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica, em conformidade com a Medida Provisória nº 2.227, de 4 de setembro de 2001, Portaria Interministerial nº 25 dos Ministérios de Estado da Fazenda e de Minas e Energia, de 24 de janeiro de 2002, Resolução ANEEL nº 90, de 18 de fevereiro de 2002 e Resolução ANEEL nº 72, de 7 de fevereiro de 2002.

Descrição	R\$ mil					
	Circulante		Longo Prazo		Total	
	CVA	CVA	PARCELA A	Total	2002	2001
Custo da Energia de Itaipu.....	7.320	32.737	36.790	69.527	76.847	49.521
Transporte de Energia - Itaipu.....	-	68	164	232	232	164
Transporte de Energia.....	-	-	1.540	1.540	1.540	1.540
Energia Com prada.....	-	-	3.055	3.055	3.055	3.055
Encargos de Conexão.....	-	-	717	717	717	717
Encargos de Serviço de Sistema - ESS.....	-	34.099	-	34.099	34.099	25.898
ONS -Uso da Rede Básica.....	-	2.584	-	2.584	2.584	-
Subtotal diferido de Energia Com prada (vide nota 29).....	7.320	69.488	42.266	111.754	119.074	80.895
Conta de Consumo de Combustível-CCC.....	331	(189)	12.332	12.143	12.474	15.397
Reserva Global de Reversão -RGR.....	-	-	(920)	(920)	(920)	(920)
Taxa de Fiscalização ANEEL.....	-	-	782	782	782	782
Subtotal de outros itens da CVA.....	331	(189)	12.194	12.005	12.336	15.259
Total da variação Selic.....	567	1.550	17.915	19.465	20.032	4.628
Juros em empréstimos BNDES.....	-	-	175	175	175	-
Amortização da CVA.....	(2.738)	-	-	-	(2.738)	-
Total.....	5.480	70.849	72.550	143.399	148.879	100.782

CVA

O saldo de R\$ 5.480 mil contabilizado no ativo circulante refere-se ao valor da CVA apurado entre o período de 25 de outubro de 2001 até 27 de julho de 2002 (R\$ 8.218 mil), e está sendo amortizado em 12 meses através de aumento tarifário adicional ao reajuste anual concedido em 27 de agosto de 2002. Até 31 de dezembro de 2002, já foi amortizado o valor de R\$ 2.738 mil.

O valor de R\$ 70.849 mil referente ao período subsequente iniciado em 28 de julho de 2002, deverá ser recuperado a partir do próximo reajuste tarifário em 27 de agosto de 2003, desde que tenham sido liquidados financeiramente em até 30 dias anterior a data da homologação do reajuste tarifário anual contratual. Deste montante o valor de R\$ 32.859 mil já havia sido liquidado financeiramente em 31 de dezembro de 2002, estando o saldo restante a vencer.

PARCELA A

Em 29 de agosto de 2002, através da Resolução nº 482, a ANEEL homologou o valor da Parcela A no montante de R\$ 58.910 mil, do período de 1º de janeiro de 2001 a 25 de outubro de 2001. 90% deste valor (R\$ 53.019 mil) foi financiado pelo BNDES, cuja liberação ocorreu em setembro de 2002.

Em 31 de dezembro de 2002, o montante da Parcela A, já atualizado monetariamente, totalizou R\$ 72.550 mil e será amortizado a partir de novembro de 2005, tendo o seu término estimado pela sociedade em outubro de 2006, através da Recomposição Tarifária Extraordinária, em vigor a partir de 27 de dezembro de 2001, imediatamente após a liquidação do saldo das perdas de receita decorrentes do Programa de Racionamento e da Energia Livre.

13. OUTROS CRÉDITOS

	R\$ m il	
	2002	2001
Materiais em reparo	1.158	825
Desativações/Alienações em curso	1.127	549
RGR a com pensar	1.382	1.680
Aluguel de postes	-	339
Títulos e valores mobiliários	-	1.908
Fornecimento de materiais e serviços	2.231	2.522
Venda de imóveis	2.888	6.414
Adiantamento de viagens e empregados	701	669
Diversos créditos	1.276	1.911
Total.....	10.763	16.817

Em 31 de dezembro de 2002, a Sociedade reconheceu um crédito de R\$ 686 mil referente ao valor da Reserva Global de Reversão - RGR do ano de 2002, valor esse apurado com base nos dados reais de 2002 do ativo reversível, em conformidade com item 26, da Instrução Contábil - IC 6.3.18 - Reserva Global de Reversão do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

Adicionalmente, a Sociedade reconheceu, em 31 de dezembro de 2002, um crédito a compensar no valor de R\$ 1.450 mil, do exercício de 2000, em conformidade ao Despacho da ANEEL/SFF nº 482, de 14 de agosto de 2002.

14. CUSTOS A RECUPERAR – PROGRAMA DE RACIONAMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

O valor de R\$ 9.836 mil (R\$ 7.999 mil em 2001) representa os gastos vinculados à implementação das ações necessárias à execução do Programa de Racionamento de Energia Elétrica, contabilizados em conformidade com a Resolução ANEEL nº 299, de 27 de julho de 2001. Esse valor é composto, principalmente, pelos gastos de pessoal disponibilizado no gerenciamento do Programa de Racionamento de Energia Elétrica, implementações nos sistemas de faturamento/recebimento e mão de obra contratada para atendimento a clientes durante o racionamento. A Resolução ANEEL nº 600, de 31 de outubro de 2002, estabelece que após a homologação por parte da ANEEL esses gastos serão repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica no próximo reajuste tarifário anual (27 de agosto de 2003), por um período de 12 meses.

15. PERMANENTE
15.1. Investimentos

	R\$ m il	
	2002	2001
Terrenos	4.194	4.236
Terraco Investments Ltd	5.358	3.461
FNOR	557	557
Outros	-	661
	10.109	8.915

Terraco Investments Ltd. - TIL

O investimento na Terraco Investments Ltd.- TIL (100% controlada pela Elektro) é avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Conforme autorizado pelo Ofício CVM/SNC/027/2003, de 31 de janeiro de 2003, não estão sendo apresentadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas com Terraco Investments Ltd., por não representar alteração relevante na unidade econômica consolidada.

Os principais valores do balanço patrimonial da controlada, são os seguintes:

	R\$ mil	
	2002	2001
Ativo		
Realizável a longo prazo		
ETB - Energia Total do Brasil Ltda	305.598	200.693
EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda	294.154	193.178
Enron Investimentos Energéticos Ltda	32.959	21.646
EDF - Enron Development Funding Ltd.	5.358	3.461
	<u>638.071</u>	<u>418.978</u>
	<u>638.071</u>	<u>418.978</u>
Passivo		
Exigível a longo prazo		
EDF - Enron Development Funding Ltd.	632.712	415.517
	<u>632.712</u>	<u>415.517</u>
Patrimônio líquido		
Capital social	38.690	25.408
Prejuízos acumulados	(33.331)	(21.947)
	<u>5.359</u>	<u>3.461</u>
	<u>638.071</u>	<u>418.978</u>
Resultado		
Receitas	89	-
Despesas	(7)	(1.655)
Lucro / (Prejuízo) líquido do exercício	<u>82</u>	<u>(1.655)</u>

As contas a receber de empresas ligadas, todas do Grupo Enron, referem-se à créditos em moedas estrangeiras, sem incidência de juros, exceto pelo empréstimo concedido à EDF - Enron Development Funding Ltd., sobre o qual incide Libor mais 0,25% a.a.. As contas a pagar referem-se a empréstimos, também sem incidência de juros.

Em dezembro de 2001, a Enron Development Funding Ltd. e a Terraco Investments Ltd.- TIL negociaram a postergação dos prazos de pagamento das obrigações devidas entre dezembro de 2001 e dezembro de 2003. A TIL, por sua vez, concedeu à ETB - Energia Total do Brasil Ltda., Enron Investimentos Energéticos Ltda. e EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda., postergação das parcelas vincendas de suas obrigações para com a TIL.

As parcelas cujos vencimentos estavam previstos para ocorrer entre dezembro de 2001 e dezembro de 2003, equivalentes a US\$ 124.071 mil, foram postergadas para o vencimento final das obrigações em dezembro de 2004.

15.2 Imobilizado e Diferido

	Taxas Anuais Depreciação/amortização	R\$ mil			
		2002			2001
		Custo	Depreciação/Amortização	Líquido	Reclassificado(*) Líquido
Em Serviço					
Intangível.....	0 a 20%	19.029	(116)	18.913	18.790
Terrenos.....	-	12.248	-	12.248	7.721
Edificações, obras civis e benfeitorias.....	2,0 a 5,0%	51.678	(23.065)	28.613	30.178
Máquinas e equipamentos.....	2,0 a 7,7%	1.782.376	(764.642)	1.017.734	972.540
Veículos.....	20,0%	23.722	(15.860)	7.862	11.610
Móveis e utensílios.....	10,0%	6.682	(2.919)	3.763	3.623
Distribuição.....		1.895.735	(806.602)	1.089.133	1.044.462
Intangível.....	0 a 20%	28.016	(14.193)	13.823	13.103
Terrenos.....	-	189	-	189	189
Edificações, obras civis e benfeitorias.....	2,0 a 5,0%	6.838	(261)	6.577	5.765
Máquinas e equipamentos.....	2,0 a 7,7%	5.300	(1.477)	3.823	1.971
Veículos.....	20,0%	1.390	(410)	980	557
Móveis e utensílios.....	10,0%	16.305	(3.904)	12.401	6.857
Administração Central.....		58.038	(20.245)	37.793	28.442
Produção.....	2,0 a 6,7%	4.283	(3.267)	1.016	1.116
Ágio pela incorporação da Terraço Participações Ltda :					
- Mais valia do ativo imobilizado (*).....	5,0%	147.218	(29.444)	117.774	125.135
- Expectativa de rentabilidade futura.....	(**)	1.126.987	(361.109)	765.878	788.891
Atividades não vinculadas à concessão.....		1.274.205	(390.553)	883.653	914.026
		3.232.262	(1.220.666)	2.011.595	1.988.046
Em Curso					
Obras.....	-	37.059	-	37.059	63.203
Almoxarifados.....	-	17.150	-	17.150	16.010
Depósitos judiciais / Provisão para desapropriações.....	-	5.337	-	5.337	3.085
Adiantamentos a fornecedores.....	-	902	-	902	1.105
Materiais em reparo.....	-	2.180	-	2.180	1.716
		62.628	-	62.628	85.119
Total do imobilizado.....		3.294.890	(1.220.666)	2.074.223	2.073.165
Diferido					
Diferimento da variação cambial.....	25%	169.028	(84.514)	84.514	126.771
Outras despesas diferidas.....	20%	428	(228)	200	392
		169.456	(84.742)	84.714	127.163
Total Imobilizado e Diferido.....		3.464.346	(1.305.409)	2.158.937	2.200.328

(*) Reclassificação do ágio – expectativa de rentabilidade futura do ativo diferido para o Imobilizado realizado em 2002 (vide texto a seguir).

(**) Taxa de 10% para os exercícios de 1999 a 2001 e taxa de amortização revisada pelo Ofício ANEEL nº 393/2003-SFF/ANEEL de 20 de março de 2003 para o exercício de 2002 .

Ágio pela Incorporação da Terraço Participações Ltda.

O saldo relacionado com a mais valia do imobilizado, resultante da incorporação da controladora Terraço Participações Ltda., é amortizado em 20 anos, pelo prazo médio de vida útil do imobilizado.

O valor de R\$ 1.274.205 mil, referente ao ágio pago na aquisição da Elektro, pela Terraço Participações Ltda., incorporada pela Sociedade em 21 de dezembro de 1998, foi desdobrado em duas categorias: a primeira referente à mais valia do ativo imobilizado, no valor de R\$ 147.218 mil, registrada no ativo imobilizado e a segunda referente à expectativa de rentabilidade futura, no valor de R\$ 1.126.987 mil, registrada originalmente no ativo diferido, ambas suportadas em estudos desenvolvidos pela Sociedade e por consultores externos.

O ágio contabilizado no ativo diferido, fundamentado em expectativa de rentabilidade futura, em conformidade com a Lei 6.404/76 e a Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, foi amortizado pelo método linear, no prazo de dez anos, no período compreendido entre 1º de janeiro de 1999 e 31 de dezembro de 2001. Desde 1999 a ANEEL entendia que tal ágio deveria ser amortizado pelo prazo da concessão, ou seja, trinta anos. Após um longo período de discussão com o órgão regulador e visando encerrar as discussões sobre este tema, a Sociedade, em atendimento ao Ofício ANEEL nº 926 e 1010 de, respectivamente, 24 de setembro de 2002 e 17 de outubro de 2002, transferiu em 1º de outubro de 2002 o saldo da conta do ágio – expectativa de rentabilidade futura, do ativo diferido para o ativo imobilizado – intangível. O Ofício no. 1010 determinou, ainda, a mudança do prazo de amortização retroativamente a 1999.

Tendo em vista essa determinação da ANEEL, a Sociedade protocolou junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em 21 de novembro de 2002, consulta sobre a alteração no prazo de amortização, solicitando confirmação do entendimento da CVM quanto ao ajuste efetuado.

A CVM, através do Ofício CVM/SEP/GEA-1/nº 147/03, datado de 14 de março de 2003, concordou com a alteração no prazo de amortização do ágio, sem ajuste retroativo, e também validou a reclassificação contábil do ágio do ativo diferido para o imobilizado intangível.

Em 18 de março de 2003, a Sociedade solicitou junto à ANEEL, a confirmação do entendimento expressado pela CVM, com relação ao critério de amortização do referido ágio. A ANEEL, através do Ofício nº 393/2003-SFF/ANEEL, de 20 de março de 2003, validou o referido procedimento.

A Elektro, com base neste entendimento, procedeu, em dezembro de 2002, a regularização do saldo da amortização do ágio, permanecendo o saldo amortizado à taxa de 10% a.a., de janeiro de 1999 a dezembro de 2001 adotando a taxa de amortização revisada pela ANEEL, a partir de janeiro de 2002.

16. FORNECEDORES E SUPRIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA

Descrição	R\$ mil	
	2002	2001
Moeda nacional		
Supridores	82.157	94.386
Encargos de Serviço de Sistema -ESS	34.100	25.898
Materiais e serviços	17.745	13.793
	<u>134.002</u>	<u>134.077</u>
Moeda estrangeira		
Supridor - FURNAS	61.850	86.415
Total.....	<u>195.852</u>	<u>220.492</u>

17. TRIBUTOS A RECOLHER

	R\$ m il		
	2002		2001
	Circulante	L.Prazo	Circulante
In posto s/C irculação de Mercadorias e Serviços - I MS	41.637	-	30.845
In posto s/C irculação de Mercadorias e Serviços - I MS (Parcelam ento-R I MS art.570 a 584).....	7.959	13.016	-
Contribuição Financiã m ento da Seguridade Social-COFNS ...	5.408	-	12.763
Program a de Integração Social-PS	1.487	-	2.765
In posto de Renda Retido na Fonte - RRF	636	-	425
O utos	21	-	55
Total	57.148	13.016	46.853

18. ENCARGOS DO CONSUMIDOR

	R\$ m il	
	2002	2001
Q uota para a reserva g bbalde reversão -RGR	1.714	1.565
Q uota para a conta de consum o de com bustível-CCC .	7.954	8.822
Encargos de capacidade em emergencial.....	3.731	-
Total.....	13.399	10.387

A quota de RGR é destinada à União, com a finalidade de prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhorias dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor é representado por 2,5% aplicado sobre o ativo reversível, limitado a 3% da receita líquida.

A quota de CCC é a parcela do rateio da conta de consumo dos combustíveis fósseis (carvão, óleo e gás) consumidos pelas usinas termelétricas dos sistemas interligados (Sul, Sudeste e Centro – Oeste) e isolados.

Conforme Resolução nº 71 ANEEL, de 7 de fevereiro de 2002, os encargos de capacidade emergencial estão sendo cobrados desde março de 2002 dos clientes finais, exceto os residenciais classificados como baixa renda, classe baixa tensão – B1 e rural classe baixa tensão - B2 com consumo abaixo de 350 kWh/mês. Os valores arrecadados são repassadas para a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE, e têm o objetivo de custear a disponibilidade das térmicas do programa emergencial, contratadas junto à CBEE.

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Periodicamente, a Administração da Sociedade revisa os questionamentos judiciais e, baseada na opinião de seus assessores legais, identifica a necessidade da revisão dos valores provisionados, bem como casos que requeiram a constituição de novas provisões.

As provisões refletem as perdas futuras prováveis e apresentam a seguinte composição:

Natureza	R\$ mil	
	2002	2001
Cíveis	9.860	3.273
Desapropriações	4.930	2.677
Reajuste tarifário	5.624	5.624
Fiscais:		
COFINS	36.813	16.258
PIS	8.432	3.522
CPMF	-	16.866
Total.....	65.659	48.220

Cíveis e Desapropriações

A Sociedade provisiona valores para cobertura de contingências oriundas de processos cíveis e para pagamento de desapropriações, ambos decorrentes de suas atividades normais de operação. O aumento em 2002 da provisão para desapropriações decorreu da revisão dos processos existentes, que resultou na necessidade de aumento nos montantes provisionados. A provisão para os processos cíveis foi atualizada, tendo em vista, (i) o aumento do número de processos e (ii) devido à mudança geral do posicionamento atual dos tribunais, que estão se decidindo por valores mais elevados em relação aos pedidos de indenizações por danos morais em caso de acidentes similares àqueles ocorridos na área de concessão da Elektro.

Reajuste tarifário

A Sociedade tem constituído R\$ 5.624 mil sob a rubrica de Reajuste Tarifário para fazer frente a eventuais ações contra reajuste de tarifas de fornecimento de energia elétrica ocorridos durante períodos de congelamento de preços em 1986.

Fiscais

PIS/COFINS – Ampliação da base de cálculo

Refere-se ao questionamento do direito de recolher o PIS/COFINS nos termos que prevê a Lei Complementar 70/91, ou seja, incidência somente sobre o faturamento.

CPMF

Refere-se ao questionamento da constitucionalidade da cobrança da CPMF incidente sobre a movimentação de contas bancárias, cuja exigibilidade, em 31 de dezembro de 2001, encontrava-se suspensa por decisão judicial.

O Tribunal Regional Federal julgou recurso interposto pela União, cassando a liminar em 29 de novembro de 2001, tendo sido tal decisão publicada no Diário Oficial da União, no dia 8 de fevereiro de 2002. O pagamento da CPMF foi efetuado integralmente em abril de 2002.

Indicadores Técnicos

Conforme contrato de concessão assinado pela Sociedade, devem ser atendidos certos padrões técnicos na atividade de prestação de serviços de fornecimento de energia. A Sociedade recebeu notificações de transgressões dos padrões estabelecidos contratualmente, as quais vêm sendo analisadas pela sua administração e assessores legais, sendo que a expectativa da Administração é de que estas notificações não trarão efeitos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira da Sociedade.

20. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

Descrição	R\$ mil	
	2002	2001
Consumidores-contas recebíveis a maior.....	3.194	2.244
Fundação CESP	3.653	2.227
Taxa de fiscalização - ANEEL	144	274
Provisão para tarifa bancária	665	601
Adiantamentos em obras de clientes	2.528	4.732
Financiadora de Estudos e Projetos - Finep	303	1.865
Provisão de hedge	-	12.024
Outros	1.884	2.676
Total.....	12.371	26.643

21. DEBÊNTURES

1ª Emissão

Aprovada conforme deliberações das Assembleias Gerais Extraordinárias - AGE realizadas, respectivamente, em 30 de março e 12 de setembro de 2000, aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários, em 3 de outubro de 2000, e registrada sob o nº CVM/SER/DEB-2000/026.

As características gerais da emissão são as seguintes:

Tipo: debêntures simples, escriturais, não conversíveis, para distribuição pública

Valor: R\$ 62.500.000,00

Valor nominal: R\$ 10.000,00 por debênture

Série: Única

Quantidade: 6.250 debêntures

Remuneração: IGP-DI + 11,4% a.a.

Pagamento dos juros: anualmente

Amortização do principal: pagamento ao final de 5 anos, em 10 de maio de 2005

Garantia: flutuante sobre os ativos totais da Sociedade, excluindo-se os ativos já vinculados a empréstimos

Em 13 de dezembro de 2000, foram subscritas 1.200 debêntures, cujo principal atualizado em 31 de dezembro de 2002 é de R\$ 18.326 mil (R\$ 14.375 mil em 31 de dezembro de 2001) e está registrado no exigível a longo prazo. Os juros proporcionais incorridos no valor de R\$ 1.338 mil (R\$ 1.050 mil em 31 de dezembro de 2001), estão registrados no passivo circulante, em função do vencimento contratual.

Em 31 de dezembro de 2002, o saldo de 5.050 debêntures permanece em tesouraria.

22. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	CIRCULANTE - R\$ mil						LONGO PRAZO - R\$ mil			
	2002			2001			2002			2001
	Principal	Encargos	Subtotal	Principal	Encargos	Subtotal	Principal	Encargos	Subtotal	Principal
Moeda Nacional										
Capital de Giro (i).....	-	-	-	24.923	234	25.157	-	-	-	-
Capital de Giro (ii).....	27.500	56	27.556	27.500	91	27.591	-	-	-	27.500
Fundação Cesp.....	13.679	-	13.679	8.911	-	8.911	55.898	-	55.898	57.203
BNDES										
Automático(*).....	1.987	13	2.000	1.975	19	1.994	1.490	-	1.490	3.292
Finame(*).....	1.755	11	1.766	1.937	17	1.954	1.389	-	1.389	3.052
Finem(*).....	-	574	574	-	610	610	50.944	-	50.944	49.136
Racionamento(**).....	43.706	1.421	45.127	-	-	-	144.072	3.869	147.941	-
Eletrobrás - Luz do Campo.....	182	91	273	-	53	53	682	-	682	893
Eletrobrás - Reluz.....	-	-	-	-	-	-	5.037	184	5.221	-
Total.....	88.809	2.166	90.975	65.246	1.024	66.270	259.512	4.053	263.565	141.076

(*) Repasses efetuados por instituições financeiras, agentes do BNDES.

(**) Relativos ao empréstimo emergencial do BNDES no montante de R\$ 250.285 mil referentes a 90% dos valores das perdas de receita decorrentes do racionamento (vide nota 10) e dos itens da Parcela A (vide nota 12). No exercício de 2002 foram reconhecidos encargos de R\$ 19.261 mil e amortizado um montante de R\$ 76.479 mil.

Vencimentos do Principal a Longo Prazo	
Saldos em 31/12/2002	
Ano	R\$ mil
2004	68.450
2005	65.116
2006	57.758
2007	37.392
Após 2007	30.795
	259.512

Condições Contratuais:

Tipo	Garantias	Condições Gerais
Capital de Giro (i).....	Autorização para acessar as receitas provenientes de venda de energia limitada ao valor de parcelas inadimplidas	102,5% do CDI
Capital de Giro (ii).....	Caução de depósitos provenientes de receitas de venda de energia	CDI + 3,5% a.a.
Fundação Cesp		
Confissão da Dívida II.....	Autorização para acessar as receitas provenientes de venda de energia limitada ao valor de parcelas inadimplidas	TR + 8% a.a. ou custo atuarial (*)
Confissão da Dívida III.....	Autorização para acessar as receitas provenientes de venda de energia limitada ao valor de parcelas inadimplidas	IP-DI + 6%
BNDES		
Automático.....	não há	TJLP + 3,45% a.a.
Finame(**).....	Alienação Fiduciária + Nota Promissória	TJLP + de 3,20% a 3,40% a.a.
Finem.....	Vinculação das receitas provenientes de venda de energia	TJLP + de 3,85% a.a.
Racionamento.....	Caução de depósitos provenientes de receitas de venda de energia	SELIC + 1,0% a.a.
Eletrobrás - Reluz.....	Autorização para acessar as receitas provenientes de venda de energia limitada ao valor de parcelas inadimplidas	RGR - Reserva Global de Reversão + 5,0% a.a. (***)
Eletrobrás-Luz do Campo.....	Autorização para acessar as receitas provenientes de venda de energia limitada ao valor de parcelas inadimplidas	RGR - Reserva Global de Reversão + 5,0% a.a. (***)

(*) O maior dentre os dois índices. O custo atuarial equivale a IP-DI + 6% a.a.

(**) As garantias cobrem 69% do total dos financiamentos Finame.

(***) RGR é indexada à variação da UFR, que tem se mantido constante.

Os indexadores referentes às obrigações por empréstimos e financiamentos apresentaram as seguintes variações acumuladas nos exercícios de 2002 e 2001:

Índices	Variação % Acumulada nos Exercícios	
	2002	2001
US\$	52,27	18,67
IGP-M	25,31	10,38
TR	2,80	2,29
IGP-DI	26,41	10,40
TJLP	9,87	9,50
Custo Atuarial (*)	34,00	17,02

(*) IGP-DI + 6% a.a.

23. DÍVIDAS COM PESSOAS LIGADAS

Credores	CIRCULANTE - R\$ mil		LONGO PRAZO - R\$ mil					
	2002	2001	2002			2001		
	Principal	Principal	Principal	Encargos	Subtotal	Principal	Encargos	Subtotal
Moeda Nacional								
ETB - Energia Total Brasil Ltda.	-	-	32.086	4.265	36.351	25.606	1.344	26.950
	-	-	32.086	4.265	36.351	25.606	1.344	26.950
Moeda Estrangeira - US\$								
Enron Brazil Power Holdings IV Ltd.	-	-	654.897	115.251	770.148	430.086	10.279	440.365
EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda.	-	-	106.628	20.837	127.465	70.025	3.034	73.059
Enron Investimentos Energéticos Ltda.	-	-	11.891	2.324	14.215	7.809	338	8.147
ETB - Energia Total Brasil Ltda. (I).....	-	-	109.909	21.478	131.387	72.179	3.128	75.307
ETB - Energia Total Brasil Ltda. (II)	-	-	752.912	139.037	891.949	494.455	31.151	525.606
EBS - Enron Brazil Services Ltd.	-	8.353	-	-	-	-	-	-
	-	8.353	1.636.237	298.927	1.935.164	1.074.554	47.930	1.122.484
Total.....	-	8.353	1.668.323	303.192	1.971.515	1.100.160	49.274	1.149.434

Condições Contratuais :

Credores	Condições Gerais
Moeda Nacional	
ETB - Energia Total Brasil Ltda.	IGP-M + 10% a.a.
Moeda Estrangeira - US\$	
ENRON Brazil Power Holdings IV Ltd.	Variação cambial + 15% a.a.
EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda..	Variação cambial + 15% a.a.
Enron Investimentos Energéticos Ltda.	Variação cambial + 15% a.a.
ETB - Energia Total Brasil Ltda (I).....	Variação cambial + 15% a.a.
ETB - Energia Total Brasil Ltda (II).....	Variação cambial + 12% a.a.
EBS - Enron Brazil Services Ltd.	Variação cambial

As transações com pessoas ligadas referem-se às operações de empréstimos realizadas obedecendo às condições de mercado.

Em 4 de dezembro de 2001, as empresas credoras ligadas à Elektro concederam prorrogação dos pagamentos de todas as obrigações devidas entre dezembro de 2001 e dezembro de 2003, exceto a dívida de R\$ 8.053 mil junto à EBS – Enron Brazil Services Ltd., contraída em 19 de dezembro de 2001 e quitada em 27 de dezembro de 2002 no montante de R\$ 13.074 mil.

O montante das parcelas diferidas será liquidado integralmente, sem incidência de multa e juros de mora, juntamente com o vencimento final de cada uma das respectivas obrigações em dezembro de 2007 e dezembro de 2008, exceto a dívida da ETB – Energia Total Brasil(II), descrita a seguir.

ETB - Energia Total Brasil Ltda. (II) – (Renegociação da obrigação equivalente a US\$ 213 milhões)

Em 31 de dezembro de 2002, a Elektro concluiu processo de reestruturação da dívida em moeda estrangeira contratada junto à ETB – Energia Total do Brasil Ltda, cujo principal corresponde a US\$ 213 milhões (R\$ 891.949 mil em 31 de dezembro de 2001), nas seguintes condições:

- ✓ pagamento do principal, anteriormente previsto em uma única parcela em 23 de dezembro de 2007, para 11 (onze) parcelas semestrais, consecutivas e no valor de US\$ 19,4 milhões, a primeira a vencer na mesma data de 23 de dezembro de 2007 e a última em 23 de dezembro de 2012;
- ✓ postergação do pagamento dos juros vencidos em 23 de dezembro de 2001 (US\$ 12,9 milhões) para pagamento em 23 de junho de 2004, sem incidência de quaisquer encargos adicionais;
- ✓ pagamento dos juros devidos em 2002, 2003 e em dezembro de 2007 (US\$ 64,8 milhões), sobre os quais se obteve um desconto de 37,6%, em 11 (onze) parcelas semestrais, iguais e consecutivas, no valor de US\$ 3,7 milhões cada, iniciando-se em 23 de dezembro de 2007 e com término em 23 de dezembro de 2012, sem qualquer incidência de encargos adicionais; e
- ✓ pagamento de juros semestrais à taxa de 12% a.a. sobre o principal de US\$ 213 milhões, entre junho de 2004 e junho de 2007, não havendo incidência de quaisquer juros ou encargos sobre o principal a partir de dezembro de 2007.

O desconto no valor dos juros, obtido na reestruturação da dívida, irá representar um ganho R\$ 86.253 mil em moeda de 31 de dezembro de 2002, que será reconhecido em 2007. Esta reestruturação deverá representar uma redução no ônus financeiro total estimado de cerca de US\$ 50 milhões.

Sobre os valores postergados, não incidem quaisquer encargos ou juros, inclusive juros de mora.

A dívida da Elektro equivalente a US\$ 213 milhões, contratada junto à ETB, foi resultado do pagamento antecipado pela ETB, em 23 de dezembro de 1999, da totalidade das obrigações anteriormente detidas pela Elektro perante a Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás, mediante a obtenção de um desconto, em benefício da Elektro, de R\$ 72.966 mil do saldo devedor do débito para com a Eletrobrás naquela época. Esta operação foi aprovada pela ANEEL em 20 de dezembro de 1999, através do Ofício nº 952/1999-DR/ANEEL e do despacho nº 538, ambos de 20 de dezembro de 1999.

Em 23 de dezembro de 1999, a ETB emitiu um “Fixed Rate Note” (“Nota”) no exterior em igual valor de US\$ 213 milhões em favor da Enron Development Funding Ltd. (EDF), adquirida posteriormente pela Enron Corp. em 19 de junho de 2000, que por sua vez a vendeu ao Banco IntesaBci S.p.A (IBCI) em 5 de julho de 2000.

Todos os termos, condições e documentos aplicáveis à operação de reestruturação foram celebrados entre Elektro, ETB, Enron Corp e IBCI, sendo a efetiva validade da operação obtida pelo pleno atendimento das seguintes condições:

- ✓ aprovação da ANEEL, através do Ofício 1275/2002, de 18 de dezembro de 2002;
- ✓ o registro das condições financeiras da operação de reestruturação perante o Banco Central do Brasil em 18 de dezembro de 2002; e

✓ a aprovação para a reestruturação da dívida no que se refere à Enron Corp. pela Corte de Falência do Distrito Sul de Nova York, onde se processa a reorganização da Enron Corp. nos Estados Unidos, com base no Capítulo 11 da Lei de Falências (“*Chapter 11 of the U.S. Bankruptcy Code*”) daquele país, que se tornou efetiva em 30 de dezembro de 2002.

A Elektro, em face dos benefícios que lhe foram concedidos para pagamento da dívida, na forma da operação de reestruturação, concordou em participar como garantidora e avalista das obrigações da ETB, perante o IBCI, através de: (i) outorga de fiança em favor da IBCI, (ii) outorga de aval em notas promissórias *pro solvendo*, emitidas pela ETB em favor da IBCI, compreendendo os valores do principal e juros e (iii) caução de fundos decorrentes da arrecadação de parcelas de suas receitas de vendas e serviços relacionados ao fornecimento de energia elétrica, para pagamento das parcelas de principal e juros, através da assinatura de um contrato de caução de forma compatível com o fluxo de caixa da Elektro e o exercício regular de suas atividades.

A caução de fundos terá valores mensais variáveis, de acordo com as condições acordadas no referido contrato de caução, podendo variar entre o equivalente em reais a US\$ 1,1 milhão até US\$ 5,8 milhões, sendo que o valor da caução não poderá ultrapassar 15% da receita bruta mensal da Elektro.

O cronograma de pagamentos revisado, incluindo a reestruturação da dívida com a ETB, é o seguinte:

Vencimentos do Principal e encargos a Longo Prazo	
Saldos em 31/12/2002	
Ano	R\$ mil
2004	45.426
2007	113.308
2008	1.197.128
Após 2008	615.653
	1.971.515

24. CONTAS A PAGAR - ACIONISTAS

Em Assembléia Geral Extraordinária – AGE, realizada em 3 de janeiro de 2001, foi aprovada operação de desdobramento e resgate de ações de emissão da Sociedade.

O pagamento do resgate de ações ocorre com a utilização do saldo da Reserva de Capital, Ágio na Emissão de Ações – Subscrição de Capital, no montante de R\$ 676.221 mil.

Em dezembro de 2001, os acionistas controladores concederam à Elektro a postergação dos pagamentos do resgate de ações devidos entre dezembro de 2001 e dezembro de 2003, ficando inalterado o cronograma de pagamento aos acionistas minoritários. O montante de R\$ 266.987 mil, das parcelas postergadas, será liquidado integralmente no vencimento final, em junho de 2005.

O valor de R\$ 419 mil pago em 2002, foi destinado exclusivamente aos acionistas minoritários .

ANO	CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS - R\$ m il					
	ORIGINAL			ATUAL - COM DIFERIMENTO		
	CIRCULANTE	L. PRAZO	TOTAL	CIRCULANTE	L. PRAZO	TOTAL
2001	26.898	-	26.898	-	-	-
2002	110.581	-	110.581	-	-	-
2003	130.000	-	130.000	492	-	492
2004	-	138.000	138.000	-	138.000	138.000
2005	-	113.221	113.221	-	380.208	380.208
Total	267.479	251.221	518.700	492	518.208	518.700

A Elektro recebeu, em 03 de fevereiro de 2003, da ANEEL Termo de Notificação 033/2003 e o relatório de fiscalização nº 19/2002, datado de 30 de dezembro de 2002, com a seguinte determinação que poderá afetar as Demonstrações Contábeis aqui apresentadas.

- Desfazimento integral da operação de desdobramento e resgate de ações, aprovada pela Assembléia Geral Extraordinária realizada em 3 de janeiro de 2001, com conseqüente estorno contábil dos lançamentos, adotando medidas para o reembolso integral por parte dos acionistas dos valores recebidos.

A Elektro protocolou, em 18 de fevereiro de 2003, junto à ANEEL, com base em parecer de seus assessores legais, recurso administrativo à respeito das determinações do referido Relatório de Fiscalização.

A Elektro também apresentou à ANEEL, em 14 de março de 2003, proposta alternativa ao desfazimento da operação. Essa proposta compreende a manutenção do cronograma estabelecido de pagamentos aos acionistas minoritários estabelecido em AGE de 3 de janeiro de 2001 assim como modificar o Primeiro Termo Aditivo de forma a incluir na apuração do Fluxo Financeiro (cuja forma de apuração está descrita na nota 37) todos os pagamentos realizados e a realizar às empresas do Grupo Controlador, EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda ("EPC"), ETB - Energia Total do Brasil Ltda ("ETB") e Enron Investimentos Energéticos Ltda ("EIE"), à título de resgate de ações.

As Demonstrações Contábeis apresentadas no encerramento de 31 de dezembro de 2002 não refletem as determinações do Relatório de Fiscalização da ANEEL, em razão da Elektro ter apresentado recurso junto à ANEEL, visando a mudança da determinação do desfazimento da operação de resgate de ações, assim como a proposta alternativa acima mencionada. A Sociedade aguarda manifestação do órgão regulador.

A Elektro também recebeu o Ofício CVM/SEP/GEA-1/nº 147/03 em 14 de março de 2003, questionando o embasamento legal da operação de resgate de ações, aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária realizada em 3 de janeiro de 2001.

A Elektro, com a assessoria de seus consultores legais, está elaborando resposta ao questionamento da CVM, cujo prazo de fornecimento de informações se encerra em 28 de março de 2003.

25. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

	R\$ m il	
	2002	2001
Contribuição do consumidor.....	113.054	97.327
Doações e subvenções para investimentos ...	70.114	68.345
Reserva para reversão	-	550
Total.....	183.168	166.222

As contribuições do consumidor representam recursos pagos à Sociedade pelos consumidores para cobertura dos custos de conexão à rede de energia.

As doações e subvenções para investimentos estão relacionadas a recebimentos pela Elektro de doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador, e de subvenções, ambas destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica.

Eventuais compensações destas obrigações especiais dependem de futuras determinações do Poder Concedente. Tendo em vista a natureza destas obrigações, estas não devem ser consideradas como exigibilidade para fins de cálculo de índices econômico - financeiros.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO – (PASSIVO A DESCOBERTO)

26.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é assim composto em 31 de dezembro de 2002:

Acionistas	Quantidade de Ações			R\$ mil
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda...	64.231.388.503	-	64.231.388.503	451.909
Enron Investimentos Energéticos Ltda.....	7.125.090.525	-	7.125.090.525	50.130
ETB - Energia Total Brasil Ltda.....	-	65.914.740.398	65.914.740.398	463.753
Demais Acionistas	28.458.374	492.184.191	520.642.565	3.663
Total.....	71.384.937.402	66.406.924.589	137.791.861.991	969.455

Conforme previsto no Estatuto Social, as ações ordinárias e preferenciais têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do inciso I do art. 202 da Lei 6.404/76.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, no entanto, têm prioridade no reembolso do capital, bem como o direito de receber dividendos no mínimo 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

26.2. Prejuízos Acumulados

Em 31 de dezembro de 2002, a Elektro apresentou prejuízo no exercício de R\$ 939.778 mil, totalizando Prejuízo Acumulado de R\$ 1.275.119 mil. Este resultado é reflexo principalmente dos efeitos da variação cambial sobre os empréstimos com Pessoas Ligadas, denominados em dólar norte-americano, (R\$ 674.124 mil), que têm seus vencimentos em 2004, e de 2007 até 2012 (vide nota 23) e da baixa dos créditos fiscais no valor de R\$ 174.663 mil (vide nota 33). O prejuízo do exercício resultou em uma situação patrimonial negativa no montante de R\$ 291.606 mil.

Tendo em vista os empréstimos com Pessoas Ligadas representarem obrigações de longo prazo, não existe qualquer consequência à liquidez atual da Sociedade, mesmo considerando o nível de prejuízo acumulado em 31 de dezembro de 2002.

27. FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E OUTRAS RECEITAS

As receitas de vendas nos exercícios de 2002 e 2001 foram geradas pelo fornecimento de energia elétrica a clientes finais, suprimento de energia elétrica comercializados no MAE e através de contratos bilaterais com os agentes do mercado, conforme demonstrado abaixo:

	2002		2001	
	MWh (*)	R\$ mil	MWh (*)	R\$ mil
Fornecimento :				
Residencial.....	2.585.855	659.518	2.587.289	571.812
Industrial.....	4.930.871	675.623	4.532.974	542.321
Comercial.....	1.091.166	268.246	1.037.286	218.757
Rural.....	644.130	89.286	590.504	70.669
Poder Público.....	193.226	45.153	178.036	35.460
Iluminação pública.....	360.605	54.642	316.939	40.654
Serviço público.....	744.355	85.900	673.258	66.749
	10.550.208	1.878.368	9.916.286	1.546.422
Suprimento :				
Mercado atacadista de energia -MAE				
Venda de energia.....	398.723	10.401	358.768	115.491
Recompra de contratos iniciais.....	389.559	28.589	-	-
	788.282	38.990	358.768	115.491
Contratos bilaterais.....	421.491	10.193	103.258	14.740
Recuperação das perdas de receita do racionamento.....	-	9.569	-	209.616
Energia livre.....	-	(6.958)	-	108.848
Encargos de capacidade em emergência.....	-	39.071	-	-
Outras receitas.....	-	22.058	-	19.420
	1.209.773	112.923	462.026	468.115
Total.....	11.759.981	1.991.291	10.378.312	2.014.537

(*) Não auditado pelos auditores independentes

28. PESSOAL

Descrição	R\$ mil	
	2002	2001
Remunerações.....	70.156	68.290
Encargos sociais.....	27.352	24.995
Auxílio alimentação.....	5.873	5.528
Assistência médica e outros benefícios.....	9.825	8.751
Ajuste cálculo atuarial Deliberação CVM nº 371/01.....	(4.723)	-
Incentivo à aposentadoria e plano de demissão voluntária..	2.987	4.736
Indenização trabalhista.....	980	2.902
Participação nos resultados.....	8.604	5.646
Outros.....	4.976	7.598
(-) Transferências para imobilização em curso.....	(27.620)	(27.094)
Total.....	98.410	101.352

29. ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

	2002		2001	
	MWh (*)	R\$ mil	MWh (*)	R\$ mil
Supridores de Energia				
CESP Companhia Energética de São Paulo.....	5.926.593	280.623	5.832.410	254.849
Cia de Geração de Energia Elétrica Tietê.....	2.015.602	93.439	1.970.794	84.714
Duke Energy International Geração Paranapanema S/A....	1.556.556	72.922	1.528.983	66.175
Furnas Centrais Elétricas S/A (**).....	3.287.413	316.659	2.827.543	257.816
Outras.....	694.732	45.520	492.065	27.281
	13.480.896	809.163	12.651.795	690.835
ONS - uso da rede básica.....	-	111.866	-	91.334
CTEEP - Encargos de Conexão.....	-	47.958	-	43.408
Encargos de Serviços de Sistema - ESS (vide nota 12)...	-	8.202	-	25.898
CVA (vide nota 12).....	-	(27.287)	-	(80.895)
Amortização CVA	-	2.640	-	-
Total.....	13.480.896	952.542	12.651.795	770.580

(*) Não auditado pelos auditores independentes

(**) Contrato de repasse de energia de Itaipu Binacional e tarifa de transporte.

Os valores dos Supridores de Energia apresentados acima, estão líquidos de R\$ 1.274 mil referentes à aplicação do Anexo V nos meses de abril e maio de 2001. Durante o período de junho de 2001 a dezembro de 2002, os distribuidores e as geradoras de energia elétrica concordaram em renunciar à aplicação do Anexo V, em função do Acordo Geral do Setor Elétrico.

30. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

A composição das outras despesas operacionais é a seguinte:

	R\$ mil	
	2002	2001
Despesas com arrecadação bancária	(11.691)	(10.267)
Taxa de fiscalização ANEEL	(2.273)	(2.506)
Seguros	(2.105)	(2.261)
Aluguéis	(2.974)	(2.583)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (vide nota 9).....	(20.195)	(9.130)
Taxas e contribuições	(1.341)	(857)
Despesas com viagens	(4.883)	(5.264)
Propaganda e publicidade	(1.508)	(1.950)
Telefonia e telecomunicações	(14.967)	(10.775)
MAE -Mercado Atacadista de Energia	(921)	(2.304)
Doações	(508)	(510)
Software	(1.760)	(1.967)
Cíveis e trabalhistas (vide nota 19).....	(6.963)	(2.550)
Diversas	(5.687)	(4.580)
	(77.776)	(57.504)
(+) Recuperação/reversão de despesas		
Recuperação de créditos de liquidação duvidosa	1.456	2.169
Reversão de provisões	398	1.358
Diversos	840	1.319
	2.694	4.846
Total.....	(75.082)	(52.658)

31. RESULTADO FINANCEIRO

	R\$ m il	
	2002	2001
Receita financeira		
Renda com aplicações financeiras	14.927	8.832
Encargos sobre conta de energia elétrica em atraso	16.378	18.408
Variação monetária :		
Recuperação das perdas de receita decorrente do racionamento	33.648	-
Conta de compensação de variação de itens da parcela A -CVA	15.103	4.724
Outras	3.128	1.298
	<u>51.879</u>	<u>6.022</u>
Variação cambial:		
Principal.....	402.166	204.593
Juros	56.628	8.011
Energia com prada	19.554	10.033
Aplicação financeira -hedge	6.971	12.500
Outros	-	24
	<u>485.319</u>	<u>235.161</u>
Red da dívida Em préstito Fundação-Dívida III.....	3.789	8.027
Outras receitas	2.442	5.991
Total de receitas financeiras.....	<u>574.734</u>	<u>282.441</u>
Despesas financeiras		
CPMF	(10.568)	(7.423)
PIS/COFINS	(21.712)	(9.775)
Juros sobre empréstimos com terceiros	(39.620)	(10.743)
Variação monetária :		
Principal-terceiros	(16.047)	(9.105)
Principal-pessoas ligadas	(6.480)	(2.475)
Outras	(10.429)	(9.078)
	<u>(32.956)</u>	<u>(20.658)</u>
Variação cambial:		
Principal.....	(968.569)	(373.779)
Juros	(122.092)	(12.250)
Energia com prada	(30.858)	(18.602)
Aplicação financeira -hedge	(1.299)	(12.087)
Outros	(656)	(3.151)
	<u>(1.123.474)</u>	<u>(419.869)</u>
Juros sobre empréstimos com pessoas ligadas	(188.454)	(151.240)
Outras despesas	(16.692)	(8.360)
Total de despesas financeiras.....	<u>(1.433.476)</u>	<u>(628.068)</u>
Transferência para o imobilizado em curso	6.855	5.596
Resultado financeiro líquido antes do diferimento.....	<u>(851.887)</u>	<u>(340.031)</u>
Diferimento da variação cambial de 2001	-	169.028
(-)Amortização da variação cambial diferida de 2001	(42.257)	(42.257)
Efeito líquido do diferimento da variação cambial	<u>(42.257)</u>	<u>126.771</u>
Resultado financeiro líquido.....	<u>(894.145)</u>	<u>(213.261)</u>

32.RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	R\$ m il	
	2002	2001
Receitas		
Ganho na alienação de imóveis	1.035	4.265
Ganho na desativação de equipamentos	-	3.712
Otras	103	666
	<u>1.138</u>	<u>8.643</u>
Despesas		
Doações	(11.329)	(18.193)
Perdas na desativação e alienação de bens ...	(20)	(2.005)
	<u>(11.349)</u>	<u>(20.198)</u>
Total.....	<u>(10.211)</u>	<u>(11.555)</u>

33. IMPOSTO DE RENDA - IR E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – CS

Em dezembro de 2002, a Sociedade acumulou prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos montantes de R\$ 1.292.857 mil e R\$ 1.290.903 mil, respectivamente.

A Elektro passou a adotar como prática contábil de reconhecimento e registro do ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias, de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, as disposições contidas na Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2002, inclusive para os créditos reconhecidos anteriormente à referida instrução assim como para a contabilização de novos créditos.

Apesar das projeções demonstrarem capacidade de realização desses ativos somente a partir do 5º ano, a Administração da Sociedade procedeu à reversão dos créditos fiscais diferidos (R\$ 174.663 mil), inclusive por não apresentar lucro tributável nos três últimos exercícios sociais, conforme definido no artigo 3º da referida Instrução.

Adicionalmente, o ágio resultante da incorporação da Terraço Participações Ltda., conforme mencionado na nota 15.2, foi registrado anteriormente às instruções da CVM nºs 319 e 349 de 3 de dezembro de 1999 e 6 de março de 2001, respectivamente. Portanto a companhia não está obrigada à adoção das referidas instruções. No entanto, por recomendação da CVM, através do ofício/CVM/SEP/GEA-1/nº 147/03, demonstramos abaixo qual seria o valor correspondente ao seu efeito tributário, em bases estimadas, como segue:

ANO	R\$ m il
2003	12.347
2004	13.245
2005	13.582
2006	13.799
2007	13.850
2008 a 2010	41.031
2011 a 2013	39.866
após 2013	152.722
TOTAL	<u>300.442</u>

34. RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais fatores de riscos de mercado que afetam os negócios da Sociedade podem ser assim descritos:

Risco de Exposição Cambial

O risco de exposição cambial da Sociedade está vinculado às dívidas com pessoas ligadas denominadas em dólares norte-americanos e aos pagamentos de energia comprada de Itaipu, também atrelados àquela moeda.

Tendo em vista a renegociação das obrigações com pessoas ligadas, os valores devidos entre dezembro de 2001 e dezembro de 2003, tiveram sua liquidação postergada para :

- juros da nota equivalente a US\$ 213 milhões: pagamento de 20% do saldo diferido em junho de 2004 e dos 80% restantes entre dezembro de 2007 e dezembro de 2012 juntamente com o vencimento do principal (vide nota 23); e
- juros da nota equivalente a US\$ 250 milhões: pagamento em dezembro de 2008, juntamente com o vencimento do principal (vide nota 23).

Os valores devidos não foram objeto de proteção cambial no exercício de 2002, em razão de não haver pagamentos no curto prazo.

A variação cambial referente à energia comprada de Itaipu, que ocorre entre os reajustes tarifários anuais, está contemplada no reajuste tarifário anual aplicável à empresa, conforme mecanismo da "Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A - CVA" (vide nota 12), também sendo objeto de proteção cambial.

Visando se proteger da volatilidade da moeda norte-americana, e para fazer frente às suas obrigações com pessoas ligadas que voltam a ocorrer a partir de março de 2004, a Sociedade optou por destinar parte de seus recursos disponíveis para aplicações vinculadas ao dólar, visando preservar o valor de seus recursos. No encerramento do exercício de 2002, R\$ 40 milhões (US\$ 11,3 milhões) estavam aplicados em NBC – E (Notas do Banco Central - Série Especial), vinculadas ao dólar norte-americano.

Risco de Crédito

A Sociedade não realiza análise de crédito em função de ser uma distribuidora de energia elétrica obrigada a fornecer energia a todos os clientes localizados na sua área de concessão, exigência esta prevista no contrato de concessão assinado com a ANEEL, em 27 de agosto de 1998, bem como na regulamentação do setor elétrico.

Para recuperação da inadimplência, a Sociedade atua através: (i) da interrupção do fornecimento de energia aos clientes inadimplentes, (ii) de programas de renegociação dos débitos pendentes atrelados a garantias e (iii) da contratação dos serviços de empresas especializadas na cobrança de contas em atraso.

Reajuste do Preço

O reajuste anual contratual da Sociedade ocorre no dia 27 de agosto, data da assinatura do contrato de concessão, e visa manter o equilíbrio econômico-financeiro da Sociedade. É composto pela variação dos itens não controláveis, definidos como Parcela A, e pela variação do IGP-M para os itens controláveis, denominados como Parcela B.

O contrato de concessão também prevê revisões tarifárias periódicas dos valores das tarifas reguladas, alterando para mais ou para menos, tendo em vista as mudanças de custos, estrutura de capital e o ativo em serviço da concessionária de distribuição de energia. A primeira revisão periódica ocorrerá, em 27 de agosto de 2003 e a partir dessa data ou a cada quatro anos. A metodologia a ser utilizada pelo órgão regulador nessa revisão encontra-se em fase de audiência pública.

Através do Acordo Geral do Setor Elétrico, foi estabelecido o mecanismo da "Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A - CVA" como instrumento para registro das variações de valores dos itens não controláveis e que ocorram entre os reajustes tarifários anuais, de forma a serem repassadas às tarifas de fornecimento, desde que desembolsadas até trinta dias antes da data do reajuste anual, corrigidas pela taxa Selic, no reajuste anual contratual.

Risco de Mercado

O fornecimento de energia elétrica é, quase na sua totalidade, garantido por contratos iniciais de suprimento de energia, assinados no início das operações da Elektro, pelo suprimento da energia proveniente de Itaipu e por compras realizadas através de contratos bilaterais.

A partir de 2003 o volume de suprimento de energia elétrica previsto nos contratos iniciais passou a sofrer uma redução anual de 25%.

O atendimento da demanda de energia dos clientes da Sociedade está garantido até o final do exercício de 2003 através dos contratos iniciais, suprimento proveniente de Itaipu, contratos bilaterais e da previsão de compras no Mercado Atacadista de Energia - MAE, dentro do limite permitido pela legislação vigente.

Risco de Interrupção no Fornecimento de Energia Elétrica

A Elektro, visando reduzir a sua exposição no caso de falha no fornecimento de energia, dispõe de: (i) apólice para cobertura de responsabilidade civil para com os clientes; e (ii) duas subestações móveis próprias, que permitem flexibilidade operacional e agilidade no restabelecimento do fornecimento de energia.

35. PLANO DE PENSÃO

Em conformidade com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, a partir de 31 de dezembro de 2001 as empresas de capital aberto devem contabilizar em suas demonstrações contábeis os passivos oriundos dos benefícios concedidos aos empregados, com base nas regras estabelecidas no pronunciamento NPC 26 do IBRACON.

A fim de atender a essa exigência, foi contratada consultoria externa pela Sociedade para a realização de avaliação atuarial dos benefícios previdenciários oferecidos a seus empregados.

O plano de aposentadoria é o único benefício pós-emprego oferecido pela Elektro.

A Sociedade é patrocinadora de dois planos de suplementação de aposentadoria e pensão aos seus funcionários, ambos administrados pela Fundação CESP, conforme segue:

- **PSAP/CESP B** - Benefício Suplementar Proporcional Saldado – **BSPS**, corresponde aos benefícios assegurados aos empregados ativos e vinculados ao plano vigente até 31 de dezembro de 1997, ou seja, antes da implantação do plano misto, calculados proporcionalmente até essa data, imediatamente anterior à vigência do novo plano misto mantido pela Sociedade; e

- **PSAP/CESP B1** - Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão Elektro – **PSAP Elektro** iniciado em 1º de janeiro de 1998, sendo um plano misto de Benefício Definido para 70% do salário real de contribuição e de Contribuição Definida para os demais 30%, sendo o salário real de contribuição limitado a R\$ 12.255,70, em 31 de dezembro de 2002 (R\$ 11.573,00 em 31 de dezembro de 2001).

O regime financeiro, dos planos citados acima, é o de capitalização, ou seja, as necessidades de reservas, são apuradas com base no valor presente dos benefícios a serem pagos, deduzido do valor presente das contribuições e rendimentos.

O plano PSAP/CESP B está fechado para adesões. Quando o plano PSAP/CESP B1 foi criado, ofereceu-se aos participantes a migração do plano PSAP/CESP B para o PSAP/CESP B1. Os participantes que migraram adquiriram o direito de receber um benefício salgado – BSPS, proporcional ao tempo de participação naquele plano, onde puderam optar por contribuir para o novo plano ou apenas aguardar o prazo da elegibilidade para recebimento do BSPS, sem acumular benefícios adicionais no futuro.

As contribuições da Elektro, referentes ao PSAP, são baseadas na folha de salários de seus empregados vinculados ao plano e em percentual limitado a 8,3% da folha total. No exercício de 2002, as contribuições totalizaram R\$ 2.015 mil (R\$ 2.929 mil no exercício de 2001).

Para a elaboração da avaliação atuarial do benefício oferecido pelo plano descrito acima, foram utilizados os dados fornecidos pela Fundação CESP, referentes a 31 de dezembro de 2002.

A seguir os principais resultados da avaliação atuarial em 31 de dezembro de 2002, adotando as regras estabelecidas pelo pronunciamento NPC 26 do IBRACON, conforme exige o item 81, do referido pronunciamento.

CONCLIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS	R\$ m il	
	2002	2001
Valor presente das obrigações atuariais	302.686	252.274
Valor justo dos ativos do plano	(238.181)	(177.725)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	64.505	74.549
(Ganhos) ou perdas atuariais não reconhecidos	(8.783)	-
Passivo / (ativo) atuarial líquido total a ser provisionado	73.288	74.549
Passivo / (ativo) atuarial não provisionado:		
Dívida	73.366	74.142
Reconhecimento do superávit contratado Benefício Definido -BD até 31/12/1997	(3.789)	(8.027)
Passivo atuarial adicional exercício 2001 - ajuste Deliberação CVM -371	8.434	-
Ajuste despesa 2002	(4.723)	-
	73.288	66.115
Passivo / (ativo) atuarial adicional - ajuste Deliberação CVM -371	-	8.434

APURAÇÃO DE (GANHOS) E PERDAS (PARCELA BENEFÍCIO DEFINIDO -BD)	R\$ m il	
	2002	2001
(Ganho) / perda nas obrigações atuariais	27.265	-
(Ganho) / perda nos ativos do plano	(36.048)	-
(Ganho) / perda no final do ano	(8.783)	-
Intervenção não sujeita a amortização *	(30.269)	-

* 10% do valor presente do maior valor do ativo ou passivo atuarial.

A Deliberação CVM nº 371, em suas disposições transitórias, ofereceu às empresas no exercício de 2001, a alternativa do reconhecimento do passivo nos resultados pelo período de 5 anos ou pelo tempo médio de serviço ou vida remanescente dos empregados se estes forem menores, ou ainda, o reconhecimento imediato diretamente no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2001 com o título de "ajustes de exercícios anteriores", procedimento este adotado pela Sociedade.

Demonstramos a seguir as despesas reconhecidas com o plano previdenciário para o exercício de 2002 :

DESPESAS (RECEITAS) RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	R\$ m il
	2002
Custo do serviço corrente (com juros).....	6.923
Contribuições esperadas de participante	(2.168)
Juros sobre as obrigações atuariais	25.414
Rendimento esperado dos ativos	(18.497)
Despesa apropriada pelo empregador segundo CVM-371	11.672
Contribuições do empregador.....	2.014
Despesa apropriada referente à atualização do contrato de dívida	14.381
Despesa efetivamente apropriada pelo empregador durante 2002	16.395
Total da despesa / (receita) reconhecida	(4.723)

Demonstramos a seguir as despesas estimadas com o plano previdenciário para o exercício de 2003 :

DESPESAS A RECONHECER NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	R\$ m il
	2003
Custo do serviço corrente (com juros).....	1.799
Contribuições esperadas de participante	(2.497)
Juros sobre as obrigações atuariais	30.438
Rendimento esperado dos ativos	(24.654)
Total de despesa a reconhecer	5.085

A seguir apresentamos as premissas utilizadas nas avaliações atuariais:

PREMISSAS ECONÔMICAS/FINANCEIRAS E DEMOGRÁFICAS

	2002	2001
Taxa esperada de inflação no longo prazo	4,00%	4,00%
Taxa de desconto atuarial.....	10,24%	10,24%
Taxa esperada de retorno dos ativos no longo prazo	10,24%	10,24%
Taxa de progressão salarial para participantes ativos	6,08%	6,08%
Taxa de progressão salarial para participantes vinculados/coligados ..	4,00%	-
Taxa de reajuste de benefícios	4,00%	4,00%
Taxa de reajuste dos benefícios da Previdência Social.....	4,00%	-
Tábua de mortalidade para participantes ativos	GAM 1971	GAM 1971
Tábua de mortalidade para participantes em invalidez.....	RRB 1944	RRB 1944
Tábua de entrada em invalidez.....	Light Média	RRB 1944
Tábua de rotatividade (terminação de vínculo em precatório).....	EY_BR exp.	Atuário exp.
Taxa de aposentadoria	100% na eleg.	100% na eleg.
Composição familiar padrão	Experiência da FCESP (HxFCESP)	Atuário exp.
Tempo de inscrição na Previdência Social.....	Conforme informado pela FCESP	Conforme informado pela FCESP

36. SEGUROS

A Sociedade mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis para os riscos das atividades desenvolvidas e julgadas suficientes para salvaguardar os ativos e negócios da Sociedade de eventuais sinistros:

Riscos	Importância Segurada R\$ Mil
Riscos Operacionais	425.793
Responsabilidade Civil Terceiros:	
- Geral	123.665
- Veículos	95.366

A vigência das apólices compreende o período de 25 de agosto de 2002 a 25 de agosto de 2003.

A apólice de *Riscos Operacionais* tem cobertura de danos materiais aos ativos da companhia, exceto para as linhas de distribuição.

A cobertura para *Responsabilidade Civil contra Terceiros* compreende quatro apólices de seguro com cobertura geral para danos materiais, corporais e morais causados a terceiros, incluindo os decorrentes de falha de fornecimento de energia elétrica e aqueles causados pela frota de veículos da companhia a terceiros.

37. FLUXO FINANCEIRO DA INCORPORAÇÃO DA TERRAÇO PARTICIPAÇÕES LTDA.

A ANEEL determinou, como parte do processo de aprovação da incorporação da Terraço Participações Ltda. pela Elektro, que seja elaborado anualmente o fluxo financeiro resultante desta incorporação, conforme previsto no primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cláusula sexta, subcláusulas sexta a décima, firmado em 1999.

Na apuração desse fluxo financeiro, são considerados como "Entradas", as economias de tributos e os dividendos que deixarem de ser distribuídos, e os resultados negativos decorrentes da incorporação (amortização e despesas financeiras associadas às dívidas incorporadas : Enron Brazil Power Holdings IV Ltd, EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda, Enron Investimentos Energéticos Ltda., ETB - Energia Total Brasil Ltda. (I) - vide nota 23), e como "Saídas", os pagamentos efetuados a título de amortização do principal e respectivos encargos vinculados à parcela da dívida incorporada.

O resultado do fluxo financeiro descrito anteriormente, se negativo, implica na obrigatoriedade da capitalização da concessão pelo acionista controlador EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda. até a data de realização da Assembléia Geral Ordinária - AGO no exercício subsequente. Caso o fluxo financeiro aponte saldo positivo, o mesmo será atualizado pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, para eventual compensação em período subsequente.

O fluxo financeiro acumulado para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2002, foi positivo em R\$ 307.154 mil.

ANEXO I – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	R\$ mil	
	2002	2001
Atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(939.778)	25.416
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.797	9.129
Recuperação da perdas no racionam ento	70.025	(209.616)
Conta de com pensação de itens da parcela A -CVA	(32.694)	(96.154)
Depreciação e am ortização	95.693	90.376
Am ortização do ágio	25.294	120.060
Juros e variações monetárias e cambiais	876.206	203.533
Resultado da equivalência patrimonial	(1.898)	(1.939)
Valor residual do ativo permanente baixado	16.594	32.121
In posto de renda e contribuições sociais diferidos	174.663	26.722
	293.902	199.648
Variações no ativo circulante e a longo prazo		
Consum idores e fornecedores	(103.565)	(116.735)
Custos a receber	11.786	(11.786)
Am oxiado	128	(1.311)
Despesas pagas antecipadam ente	16	(77)
Parcelam ento de débitos de contas de energia	(11.700)	(5.465)
Custos a recuperar - program a de racionam ento de energia	(1.837)	(7.999)
Energia livre, efeito do P is e C ofins	254	(3.973)
Juros e variações monetárias de curto prazo	(23.611)	(9)
Outros créditos, adiantam entos e tributos a com pensar	3.590	(18.932)
	(124.939)	(166.287)
Variações no passivo circulante e de longo prazo		
Fornecedores	3.952	2.005
Supradores de energia elétrica	(28.592)	109.167
Tributos a receber	17.935	6.197
Encargos do consum idor	3.012	13
Salários e contribuições sociais	2.623	4.004
Em préstimo com pulsório Eletrobás	(2.636)	3.092
Provisão para contingências	17.439	(58)
Plano de pensão	(4.723)	-
Outros	(13.783)	19.925
	(4.773)	144.345
Total das atividades operacionais	164.190	177.706
Atividades de investimento		
Aplicações em investim entos	-	(14.124)
Aplicações no im obilizado	(114.145)	(120.623)
	(114.145)	(134.747)
Atividades de financiamento		
<u>Captações</u>		
Debêntures	-	50.035
Em préstimos e financiam entos	255.323	97.753
Pessoas ligadas	-	4.738
Juros e variações monetárias de curto prazo	27.009	14.610
	282.332	167.136
<u>Amortizações</u>		
Debêntures	(1.675)	(53.332)
Em préstimos e financiam entos	(163.848)	(26.825)
Contas a pagar - acionistas	(419)	(157.522)
Pessoas ligadas	(13.073)	(109.089)
	(179.015)	(346.768)
Total das atividades de financiamento	103.317	(179.632)
Total dos efeitos no caixa	153.362	(136.673)
Saldo inicial de caixa	18.936	155.609
Saldo final de caixa	172.298	18.936
Varição no caixa	153.362	(136.673)

ANEXO II – DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO

A demonstração do valor adicionada foi elaborado de acordo com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01, de 31 de janeiro de 2000:

	R\$ m il	
	2002	2001
Receitas		
Vendas de energia e serviços	1.954.101	2.014.537
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(20.195)	(9.130)
Não operacionais (vide nota 32).....	1.137	8.643
	<u>1.935.043</u>	<u>2.014.050</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia com perda	(945.838)	(875.455)
Serviço de terceiros	(53.221)	(46.117)
Materiais	(14.083)	(11.275)
Outros custos operacionais	(54.888)	(43.529)
Despesas não operacionais (vide nota 32).....	(11.349)	(20.198)
	<u>(1.079.379)</u>	<u>(996.574)</u>
Valor adicionado bruto	855.664	1.017.476
Depreciação e amortização	(120.900)	(210.167)
Valor adicionado líquido	734.764	807.309
Receitas financeiras (vide nota 31).....	574.731	282.441
Resultado de participações societárias	1.898	1.939
Valor adicionado a distribuir.....	1.311.393	1.091.689
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e benefícios diretos	98.410	101.351
In postos, taxas e contribuições	440.519	360.910
In posto de renda e contribuição social diferido	174.663	26.722
Taxas regulamentares (RGR/CCC).....	101.366	99.868
Despesas financeiras (vide nota 31).....	1.436.213	477.422
	<u>2.251.171</u>	<u>1.066.273</u>
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício	(939.778)	25.416
	<u>1.311.393</u>	<u>1.091.689</u>

ANEXO III – DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS SEGREGADOS POR ATIVIDADE

	2002 - R\$ mil			2001 R\$ mil
	Distribuição e Comercialização	Atividades não Vinculadas	Total	
Receitas operacionais				
Clientes finais - fornecimento de energia	1.878.368	-	1.878.368	1.546.422
Suprimento de energia	49.183	-	49.183	130.231
Energia livre	(6.958)	-	(6.958)	108.848
Recuperação das perdas de receita do racionamento	9.569	-	9.569	209.616
Encargos de capacidade em emergência	39.071	-	39.071	-
Outras receitas	20.048	2.009	22.057	19.420
	1.989.282	2.009	1.991.291	2.014.537
Deduções às receitas operacionais				
Quota para a reserva global de reversão -RGR	(19.817)	-	(19.817)	(20.014)
Quota para a conta consumo de combustível -CCC	(81.549)	-	(81.549)	(79.855)
Repasse de encargos de capacidade em emergência	(37.191)	-	(37.191)	-
CMS sobre fornecimento	(334.991)	-	(334.991)	(268.442)
COFINS	(59.742)	-	(59.742)	(60.901)
PI	(13.053)	-	(13.053)	(13.195)
ISS	-	(71)	(71)	(91)
	(546.343)	(71)	(546.414)	(442.498)
Receitas operacionais líquidas	1.442.939	1.938	1.444.877	1.572.039
Despesas operacionais				
Pessoal	(97.924)	(486)	(98.410)	(101.352)
Materiais	(13.755)	(327)	(14.082)	(11.275)
Serviços de terceiros	(52.364)	(857)	(53.221)	(46.117)
Energia com prada para revenda	(952.542)	-	(952.542)	(770.580)
Energia livre	6.704	-	6.704	(104.875)
Depreciação e amortização	(95.606)	-	(95.606)	(90.107)
Amortização do ágio (vide nota 15.2)	-	(25.294)	(25.294)	(12.060)
Outras	(75.031)	(51)	(75.082)	(52.658)
	(1.280.518)	(27.016)	(1.307.535)	(1.189.024)
Resultado do serviço	162.421	(25.079)	137.343	275.015
Resultado de participações societárias	-	1.898	1.898	1.939
Resultado financeiro	(424.998)	(469.147)	(894.145)	(213.261)
Resultado operacional	(262.576)	(492.328)	(754.904)	63.693
Resultado não operacional	(9.150)	(1.061)	(10.211)	(11.555)
(Prejuízo) antes da contribuição social e do imposto de renda ...	(271.726)	(493.389)	(765.115)	52.138
Imposto de renda diferido	(132.457)	-	(132.457)	(15.843)
Contribuição social diferida	(42.206)	-	(42.206)	(10.879)
Lucro / (Prejuízo) líquido do exercício	(446.389)	(493.389)	(939.778)	25.416

DIRETORIA

ORLANDO R. GONZÁLEZ
DIRETOR PRESIDENTE

BRITALDO PEDROSA SOARES
DIRETOR FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM OS INVESTIDORES

FRANCISCO ALFREDO FERNANDES
DIRETOR DE OPERAÇÕES

JOÃO CARLOS RIBEIRO DE ALBUQUERQUE
DIRETOR COMERCIAL E DE SUPRIMENTO DE ENERGIA

LUIZ SÉRGIO ASSAD
DIRETOR DE ASSUNTOS REGULATÓRIOS

ALFREDO BOTTONE
DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO

NEWTON AKIRA FUKUMITSU
CONTADOR GERAL – CRC 1SP190768/O-4

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

ORLANDO R. GONZÁLEZ

CONSELHEIROS

BRITALDO PEDROSA SOARES

GERALDO GONÇALVES PEREIRA

STANLEY CHARLES HORTON

RONALD W. HADDOCK

JAMES ALTON HUGHES

VICKY LYNN MARTINEZ